

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**GREICE FALCÃO MACHADO**

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM  
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: A VIABILIDADE DA PREPARAÇÃO DE  
PROFESSORES E A TECNOLOGIA ASSISTIVA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

**São Borja  
2016**

**GREICE FALCÃO MACHADO**

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM  
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: A VIABILIDADE DA PREPARAÇÃO DE  
PROFESSORES E A TECNOLOGIA ASSISTIVA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Ciências  
Humanas – Licenciatura da Universidade  
Federal do Pampa, como requisito parcial  
para obtenção do Título de Licenciada em  
Ciências Humanas.

Orientador: Keli Krause

**São Borja  
2016**

**GREICE FALCÃO MACHADO**

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: A VIABILIDADE DA PREPARAÇÃO DE PROFESSORES E A TECNOLOGIA ASSISTIVA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Humanas - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Ciências Humanas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 04/06/2016.

Banca examinadora:

---

Prof. Orientadora: Especialista. Keli Krause UNIPAMPA

---

Prof. Dra. Lauren Lacerda Nunes UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Muriel Pinto UNIPAMPA

Dedico este trabalho aos meus pais que estiveram presentes comigo nesta etapa, por todo apoio, incentivo e ajuda para esta realização.

## **AGRADECIMENTO**

Primeiramente agradeço a Deus por esta oportunidade de adquirir esta experiência ao longo do curso, pela força de continuar em frente até o fim desta etapa. Agradeço minha mãe Maria Izaura Falcão Machado, meu pai Omar Neves Machado, minha irmã Glaucia Machado e meu sobrinho Junior Camargo, que sempre estiveram junto comigo em todos os momentos sempre apoiando, incentivando, e aconselhando nas horas de crise em que iria desistir, sou muito grata por esse companheirismo, pois foi por esta união que cheguei ao fim desta etapa.

Agradeço as minhas colegas Jenifer C. Meireles, Letícia Meirelles e Viviane Figueiredo, pela ajuda, companheirismo e força, as minhas amigas Denise B. Aquino, Patrícia Rodrigues que também me ajudaram muito nesta fase em todos os momentos, e ao meu companheiro que esteve sempre ao meu lado dando todo apoio.

Agradeço em especial a minha orientadora Keli Krause, pela paciência, apoio e incentivo para concluir este trabalho.

“Aprender a aprender, aprender a fazer,  
aprender a conviver e aprender a ser”.

Rubem Alves / Celso Antunes

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular, a qual esta deficiência é caracterizada por o desenvolvimento do cérebro mais lento, ou seja, tornando o processo de aprendizagem do aluno mais devagar que os demais. Destacando-se como a escola deve estar preparada para receber estes alunos quanto sua estrutura dedicada ao espaço denominado sala de recurso multifuncional para o atendimento educacional especializado e a disponibilidade da tecnologia assistiva, mostrando como deve ser e como está a preparação/formação dos professores que trabalham com estes alunos na escola e ainda as diversas atividades e avaliações diferenciadas que possibilita ao aluno romper suas barreiras postas pela deficiência, sendo utilizada a metodologia bibliográfica e documental para estas etapas citadas, e por fim através de uma pesquisa de campo realizada em uma escola municipal – Escola Municipal Fernando Ferrari e uma escola estadual – Instituto Estadual Arnaldo Matter, ambas da cidade de São Borja (RS) para mostrar como a escola e equipe em geral estão realizando na prática a inclusão de alunos com deficiência intelectual.

Palavras-Chave: Deficiência Intelectual. Educação Inclusiva. Tecnologia Assistiva.

## RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo mostrar la inclusión de los estudiantes con discapacidad intelectual en la escuela regular, esta deficiencia se caracteriza por el desarrollo del cerebro más lento, es decir, haciendo que el proceso de aprendizaje de los estudiantes más lentamente que los otros. Destacándose como la escuela debe estar preparada para recibir a los estudiantes como su estructura dedicada al espacio denominado sala multifuncional de recursos para los servicios de educación especializada y la disponibilidad de la tecnología de asistencia, mostrando cómo debe ser y cómo es la preparación / formación de los profesores que trabajan con estos alumnos en la escuela y también las diversas actividades y diferentes evaluaciones que permiten a los estudiantes que rompen las barreras impuestas por la discapacidad, finalmente aparecen en dos escuelas de estos problemas que traen estos resultados en la práctica actual de cada escuela.

Palabras-clave: Discapacidad intelectual. Educación inclusiva. Tecnología de asistencia

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Elementos de acessibilidade na sala de aula.....	23
Figura 2 – Elementos de acessibilidade na sala de recursos multifuncionais .....	24
Figura 3 – O produto Go Talk Pocket.....	31
Figura 4 – O produto software boardmaker com speaking dynamically pro.....	31
Figura 5 – Atividade do jogo de dominó em uma sala de aula regular .....	32
Figura 6 – Prancha de comunicação .....	49
Figura 7 – Cartões de comunicação.....	49
Figura 8 – Estante com diversos materiais didáticos .....	62
Figura 9 – Mesa para realização das atividades .....	62
Figura 10 – Computadores e alfabeto .....	63
Figura 11 - Grade lógica .....	63
Figura 12 – Quatro por quatro .....	63
Figura 13 – Roleta de bichos.....	63
Figura 14 – Multiplicação com material concreto .....	64
Figura 15 – Cubos alfabéticos .....	64
Figura 16 – Estante de materiais.....	64
Figura 17 – Mesas para executar atividades.....	64
Figura 18 – Computadores .....	65
Figura 19 – Alfabeto .....	65
Figura 20 – Mini Banda (brinquedos / música).....	65
Figura 21 – Jogos 1.....	65
Figura 22 – Jogos 2.....	66

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Períodos e paradigmas da sociedade .....	17
Tabela 2 – Da integração à inclusão .....	20
Tabela 3 – Material didático 1 .....	31
Tabela 4 – Material didático 2 .....	31
Tabela 5 – Dicas para o trato da pessoa com deficiência intelectual .....	37
Tabela 6 – Classificação do processo de adaptação curricular.....	45
Tabela 7 – Tipos de adaptação curricular .....	46
Tabela 8 – Dificuldades e estratégias para o aluno com DI .....	50
Tabela 9 - Perguntas para professores da sala de aula .....	59

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AEE - Atendimento educacional especializado

TA – Tecnologia assistiva

DI – Deficiência intelectual

SRM – Sala de recurso multifuncional

CAT – Comitê de ajudas técnicas

ITS – Instituto de tecnologia social

CAA – Comunicação aumentativa e alternativa

NEE – Necessidades educacionais especiais

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 A FORMA QUE A ESCOLA DEVE RECEBER ALUNOS COM DI .....</b>	<b>17</b>
2.1 Salas de recursos multifuncionais e o AEE na escola regular .....	23
2.2 A tecnologia assistiva na escola .....	27
<b>3 FORMAÇÃO/ PREPARAÇÃO DOS PROFESSORES.....</b>	<b>33</b>
3.1 Professores que ignoram alunos com deficiência.....	39
<b>4 MATERIAIS DIDÁTICOS E METODOLOGIAS PARA TRABALHAR COM ALUNOS COM DI .....</b>	<b>42</b>
4.1 Currículo escolar e suas adaptações .....	43
4.2 Metodologias, atividades e avaliações para alunos com DI.....	48
4.2.1 Atividades e estratégias de metodologias para a DI.....	49
4.2.2 Avaliações para o aluno com DI .....	52
<b>5 INCLUSÃO DO ALUNO COM DI NAS ESCOLAS: ARNELDO MATTER E FERNANDO FERRARI .....</b>	<b>57</b>
5.1 Escola Fernando Ferrari .....	62
5.2 Escola Arnelo Matter.....	64
<b>6 METODOLOGIA .....</b>	<b>67</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>70</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>72</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>74</b>

## 1 INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que uma pessoa com limitações, ou seja, com algum tipo de deficiência é automaticamente considerada fora de uma dita normalidade padronizada dos demais seres humanos. Tendo em vista esta situação começam a ser apresentadas as diferenças entre pessoas com deficiências e pessoas sem deficiências, estando presente em todos os ambientes coletivos, com especial destaque para a escola, onde ocorre a iniciação da criança para a vida, e é neste processo que as pessoas com deficiência enfrentam grandes dificuldades quando não aceitas.

Este trabalho tratará, especificamente, da Deficiência Intelectual, que não é considerada uma doença e sim uma forma de desenvolvimento do cérebro diferente do comum, uma forma de aprendizagem mais lenta, razão pela qual as escolas precisam obter formas que possibilitem a este aluno a aprendizagem junto aos demais colegas.

A deficiência intelectual (DI) que anteriormente era denominada como Deficiência Mental, a qual esta ocorreu à alteração definitiva, passando somente a ser identificada pelo termo Deficiência Intelectual no ano de 2004 pela Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual juntamente com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). (NASCIMENTO; CARRETA, 2014). Esta deficiência se caracteriza por limitações do indivíduo em relação: a dificuldades na aprendizagem, autocuidado, convívio social, segurança, autodeterminação, lazer, trabalho e entre outras, diferentemente da doença mental, que podia ser confundida facilmente pelo antigo termo deficiência mental apenas pelo nome, pois, a doença mental se caracteriza por alterações mentais que comprometem o comportamento, humor do indivíduo e são tratadas com especialistas.

Pode haver vários tipos de causas para um ser humano ter a deficiência intelectual (DI) onde a mais comum é a genética, outras podem ser problemas durante a gravidez, a má-formação fetal, entre outras. “A medida do coeficiente de inteligência (QI) foi utilizada durante muitos anos como parâmetro de definição dos casos.” (BATISTA; MANTOAN, 2006, p.10) tendo assim como classificação limítrofe, leve, moderado e profundo - QI abaixo do

normal (BATISTA; MANTOAN, 2006), mas esta classificação por QI não é mais usado, atualmente a caracterização de crianças com DI é a apresentação de limitações em duas ou mais habilidades sejam em dificuldades na aprendizagem, na compreensão, em estabelecer relações sociais, ações de auto cuidado etc.

Pode-se definir a DI com mais clareza conforme o seguinte trecho:

Segundo o decreto federal nº 5.296, deficiência mental é o “funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas”. [...] São muitos os conceitos de deficiência intelectual, mas o atual modelo da Associação Americana de Deficiências Intelectual e do Desenvolvimento (AAIDD), nos traz uma concepção funcional e multidimensional que facilita a compreensão e o planejamento dos apoios necessários à inclusão da pessoa com deficiência intelectual na sociedade.

Entende-se como apoio todo e qualquer auxílio que melhore o funcionamento da vida da pessoa, em cinco dimensões: habilidades intelectuais, comportamento adaptativo, participação, interações e papéis sociais, saúde, e contexto.

Esta visão amplia o foco da intervenção nas seguintes áreas: ensino e educação, vida doméstica, vida em comunidade, emprego, saúde, segurança, desenvolvimento humano, proteção e defesa, além das áreas comportamentais e sociais. (Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil), 2008 p.15)

Com a definição de deficiência intelectual mais clara, se pode conhecê-la pelo menos um pouco e no decorrer deste trabalho será mostrado como pode ser o convívio, as dificuldades, e formas de ajudar as pessoas com deficiência tornarem-se independentes.

Portanto, se tem como objetivo geral - Analisar a preparação dos professores em especial o professor do AEE e a estruturação da sala de recursos multifuncionais quanto aos materiais didáticos para receber os alunos com deficiência intelectual no ensino regular; seguido dos seguintes objetivos específicos - Conhecer de que forma a escola deve receber estes alunos quanto à estrutura das salas de recursos multifuncionais, os materiais necessários e a tecnologia assistiva; Verificar a preparação dos professores, ou seja, sua formação, para ajudar no desenvolvimento escolar dos alunos inclusos; Identificar os materiais didáticos e as metodologias alternativas para trabalhar com alunos que possuem deficiência intelectual. Tendo como base para este assunto a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Assim então o presente trabalho tem objetivo de mostrar a importância da inclusão do aluno com deficiência no ensino regular, a importância dos professores estarem preparados para desenvolver com estes alunos um ensino que respeite suas limitações, mas possibilite a evolução no meio escolar e social, pois ensinar de formas diferentes também é educar. Inserir crianças com deficiência intelectual em escolas regulares requer cuidados para que ao invés de iniciar um processo inclusivo se inicie um processo de exclusão.

O fato de possuírem uma deficiência não deve ser motivo para considerá-las incapazes de realizar certas atividades, ocorre muito o erro de dar a esses alunos atividades que não fazem sentido para elas e nem mesmo para os outros, pois assim estão subestimando sua capacidade de superar dificuldades. É necessário que isso não aconteça, obtendo profissionais que estimulem o conhecimento, a compreensão, que não sejam mais considerados como alunos que não aprendem que não sabem, mas estimulá-los, ajudá-los nessa evolução, pois eles têm capacidade de aprender, basta serem acompanhados por professores que lhes possibilitem isso.

A ideia de uma educação para todos, como um direito de todos, ou seja, uma educação inclusiva que busque com que todos possam usufruir de aprendizados, conhecimentos para seu crescimento intelectual, social dentro e fora da escola, sem discriminações às pessoas com deficiências, onde as diferenças sejam respeitadas entre todos. Diante disto, para mais igualdade e respeito à diversidade,

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (MEC/SECADI, p.10)

Conclui-se que a atual política educacional propõe que, independente das especificidades de cada um, todos possam obter os mesmos direitos, assim como todo cidadão possui.

A inclusão nas escolas de ensino regular é uma forma de a sociedade entender que as diferenças têm de ser respeitadas e ter consciência de que todos têm direito à educação possuindo alguma deficiência ou não. A escola deve servir como base para uma sociedade inclusiva, pois é na escola que as crianças iniciam seu convívio social com diferentes personalidades, assim então é preciso “aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. [...] na questão do ‘conviver’, do ‘viver com’ é que está o início do sentimento de ética, porque a ética surge quando sou capaz de pensar no sentimento do outro.” (ALVES; ANTUNES, 2011, p.29)

Sendo assim, os alunos com deficiência podem e devem estar na mesma escola, com os mesmos professores buscando desenvolvimento, conhecimentos da mesma maneira dos demais, pois possuir uma deficiência não torna a pessoa diferente a ponto que não possa obter os mesmos conhecimentos que as outras, pois assim como os alunos que não possuem deficiência precisam de uma boa educação, os com deficiência também tem condições de participarem de aulas em qualquer escola desde que a mesma tenha a acessibilidade e todos da escola tenham uma preparação para receber esse aluno e respeitem suas limitações.

Portanto para nos aprofundarmos no assunto o trabalho será desenvolvido em três capítulos conforme os objetivos anteriores, através de uma pesquisa bibliográfica, documental e por fim um capítulo com os resultados obtidos através da pesquisa de campo realizada nas seguintes escolas: Instituto Estadual Arnaldo Matter e Escola Municipal Fernando Ferrari que abordam sobre o respectivo assunto, com intuito de mostrar a realidade quanto à preparação dos professores e o que oferecem aos alunos com deficiência para possibilitar seu desenvolvimento.

## 2 A FORMA QUE A ESCOLA DEVE RECEBER ALUNOS COM DI

Pode-se perceber que nas escolas num modo geral, ainda está muito enraizado o ensino tradicional devido a sua história, mas também é possível analisar a evolução de uma educação voltada a todos os indivíduos independentemente de suas particularidades, ou seja, em busca de uma educação inclusiva. Conforme isso se pode observar a evolução da sociedade em relação a pessoas com e sem deficiência.

Ao longo dos tempos, a relação entre a sociedade e as pessoas com deficiência foi se modificando, sendo influenciada por fatores culturais, religiosos, econômicos, políticos e sociais. No entanto, por um longo período da história, talvez a palavra para melhor resumir a relação entre esses elementos seja **exclusão**. (SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p.23 grifos do autor)

Conforme a citação acima se observa na tabela abaixo, a qual se refere das mudanças ocorridas ao longo de cada período histórico.

Tabela 1: Períodos e paradigmas da sociedade

Período	Paradigma
<b>Antiguidade</b>	Indivíduo com limitações era considerado inútil. Quando uma pessoa nascia com deficiência ou a adquiria ao longo da vida, era exterminada pela sociedade. O extermínio era visto com olhos da razão e não gerava desconforto.
<b>Idade Média</b>	O Cristianismo trouxe consigo valores éticos e morais, não permitindo o extermínio. No entanto, pessoas com deficiência eram ignoradas ou largadas à própria sorte. Já durante a inquisição, muitos eram perseguidos e condenados à fogueira por serem considerados “possuídos pelo demônio”. Divergência entre o discurso religioso de igualdade perante Deus e os atos da maioria dos integrantes do clero.
<b>Renascimento</b>	Novas formas de ver o mundo e nova forma de vislumbrar a deficiência, vista agora como produto de causas naturais e tratada pela alquimia, a qual pressupõe o início da medicina.
<b>Revolução Industrial</b>	Iniciaram-se os esforços para que as pessoas com deficiência pudessem trabalhar. Surgiram vários inventos: cadeira de rodas, bengalas, muletas, próteses, criação do Braille por Louis Braille. Iniciaram-se as atividades de reabilitação, que levaram, posteriormente, ao início das ações de ensino para pessoas com deficiência
<b>Século XX(até década de 50)</b>	Paradigma da institucionalização: retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades para viverem em instituições

	residenciais ou escolas especiais, onde levavam uma vida enclausurada.
<b>Década de 60 a 80</b>	Paradigma da normalização/integração: normalizar significava modificar a pessoa com deficiência de modo a “ajustá-la” para a sociedade. Integrar significava que a pessoa com deficiência deveria moldar-se, para tentar ficar o mais “normal” possível, ou seja, estar dentro da norma. Isso ocorria através de escolas especiais, entidades assistenciais e centros de reabilitação.
<b>A partir da década de 80</b>	Paradigma da inclusão: modelo que, em vez de apagar as diferenças, busca respeitá-las e valorizá-las. Busca uma mudança na sociedade, e um esforço não mais unilateral (somente da pessoa com deficiência). Pressupõe modificações na sociedade de modo a tornar seus espaços, produtos e processos disponíveis e acessíveis a todos.

Fonte: SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p.23

Conforme a tabela anterior se pode perceber que no decorrer dos séculos mais especificamente no século XX foram sendo criadas instituições especializadas para a pessoa com deficiência, e mais adiante na década de 60 a 80 ocorre o processo de tentar integrar a pessoa com deficiência na sociedade, para que pudessem se igualar ao restante da sociedade, mas integrá-la não era o mesmo que a incluí-la, pois,

O princípio da integração norteou por muito tempo os ideais da Educação Especial. O paradigma da integração é um processo que se caracteriza pela concepção da Educação Especial paralela à educação comum, fundamentado no conceito de normalidade/anormalidade, enfatiza os aspectos da deficiência em contraposição à dimensão pedagógica. Logo, nesse contexto, em vez da escola ter que se adaptar ao aluno, é o aluno que deve adequar-se à escola. (SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p. 24)

Para uma melhor compreensão referente a esse modelo de integração proposta naquela época, entende-se que:

[...] o modelo integracionista defende que a educação acontecerá à medida que os alunos público-alvo da Educação Especial consigam adaptar-se aos recursos disponíveis na escola regular. Perante este modelo pedagógico, é possível perceber a exclusão dos alunos que não conseguem se adaptar ao ensino oferecido na escola regular. (SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p.25)

Conforme este modelo de integração do aluno no contexto escolar, não possibilitaria ao educando com deficiência um desempenho que pudesse ajudá-lo nas suas particularidades, mas foi considerado que a partir deste

modelo se deu o ponto de partida para o processo de inclusão como se pode ver a seguir,

O modelo de integração, por muito tempo tido como base para a Educação Especial, atualmente não é visto como o ideal, abrindo espaço para a inclusão na educação. Entretanto, a integração constituiu os primeiros passos para que fosse possível alcançar o modelo inclusivo, uma vez que retirou crianças e jovens com deficiência de instituições de ensino especial para que pudessem compartilhar novos espaços (escola regular) e grupos. Sasaki (1997) afirma que esse modelo serviu como importante elemento na aquisição de conhecimentos e experiências e contribuiu para o surgimento do paradigma da inclusão. (SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p.25)

Partindo do ponto em que o modelo de integração já não é mais apropriado atualmente, pois tentar fazer com que o educando com deficiência se adapte a determinado método de ensino, sem adequações para o mesmo, não faz com que ele evolua dentro e fora da escola, assim então a integração está dando lugar para a inclusão no contexto escolar a qual tem,

O princípio da inclusão aponta para uma pedagogia equilibrada, entendendo que as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve ajustar-se às necessidades de cada aluno, diferentemente da concepção do modelo integracionista em que os alunos deveriam adaptar-se ao ritmo imposto pelo processo educativo.

A inclusão no contexto educacional implica à não exclusão de qualquer aluno da comunidade escolar e, para tanto, a escola necessita seguir uma política estruturada sobre princípios da Educação Inclusiva, construindo cultura, políticas e práticas que valorizam a contribuição ativa de cada aluno. Assim, encaminha-se para a construção de um conhecimento colaborativo e compartilhado, atingindo a qualidade acadêmica e sociocultural sem discriminação ou distinções. Logo, o conceito de integração já pode ser considerado ultrapassado, abrindo espaço para a atual proposta de Educação Inclusiva.

A educação do aluno com deficiência, com transtorno global de desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação, que tradicionalmente era realizada através de modelos de atendimento segregado está cada vez mais direcionada ao recente conceito de Educação Inclusiva. Compreende-se por educação inclusiva o incluir a todos independentemente de suas habilidades, limitações, condição econômica ou sociocultural, em escolas e salas de aulas que devem ser provedoras das respostas educativas às necessidades e às expectativas desses alunos. Esse é o novo paradigma e contexto educacional, no qual o ensino regular passa a receber cada vez mais estudantes que correspondem a toda diversidade existente na sociedade, incluindo alunos com necessidades educacionais especiais. (SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p.25/26)

Nota-se então que ocorre uma evolução no que se refere à pessoa com deficiência, quanto ao seu espaço na escola regular, é possível observar as modificações ao longo de uma história em que antes somente excluía e hoje

passa a começar incluir, a valorizar a diversidade humana, conforme esta progressão pode-se observar na tabela abaixo as diferenças entre a integração e inclusão.

Tabela 2: Da Integração à Inclusão

<b>Da Integração/Educação Especial</b>	<b>À Inclusão escolar/ Educação Inclusiva</b>
Das necessidades educativas especiais	À educação para todos
Das medidas complementares para responder aos alunos especiais	À resposta às necessidades educativas de todas as crianças e jovens
De um sistema educativo que se mantém inalterável nas suas linhas gerais	À reestruturação das escolas: – mudanças metodológicas e organizacionais; – Sucesso nas aprendizagens para todas as crianças e jovens
Da perspectiva centrada na criança	Perspectiva centrada no currículo

Fonte: SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p.26

Portanto a ideia de termos uma sociedade onde sejam respeitadas as diferenças, em busca da valorização da diversidade dentro e fora da escola, onde possa ser considerado o direito básico da educação realmente como direito de todos, independentemente de limitações ou diferenças, é um processo de construção para uma sociedade inclusiva. Assim, percebe-se que a sociedade se encontra em um processo de transformações para melhor convivência entre todos os seres humanos,

A natureza humana, seu meio específico e seus objetos estão em processo ininterrupto de modificação e produção de si no devires, tempos e movimentos reais que atravessam a existência desse animal que se denomina homem. (AQUINO; CORAZZA, 2009, p.20)

Apesar das transformações que estão ocorrendo, este processo de inclusão, esta proposta de educação inclusiva, gera em parte da sociedade preconceito, discriminações, e até mesmo certo medo de pessoas que possuem algum tipo de deficiência no mesmo espaço escolar de outras sem deficiência, isso tudo por falta de conhecimento da deficiência, que neste caso é a deficiência intelectual, por isso

A dificuldade de se precisar um conceito de deficiência mental trouxe consequências indeléveis na maneira das demais pessoas lidarem com a deficiência. O medo da diferença e do desconhecido é responsável, em grande parte, pela discriminação que afeta as escolas e a sociedade em relação às pessoas com deficiência em geral, mas principalmente àquelas com deficiência mental. (BATISTA; MANTOAN, 2006, p.10)

Com a deficiência intelectual presente na sociedade, em busca de quebrar barreiras mais especialmente na escola de ensino regular, estas pessoas têm de enfrentar uma série de desafios para obter uma educação da mesma forma que pessoas que não possuem deficiência têm. Entramos, então, na fase escolar onde o educando é preparado para a vida não só profissional, mas também afetiva, a escola deve dar assistência necessária, ou seja, ajudar, ensinar a todas as crianças tendo deficiência ou não:

A escola tem o dever de não se contentar apenas com o que o aluno já sabe, estimulando-o a prosseguir no entendimento de um fenômeno, ou de um objeto e de torná-lo capaz de distinguir o que estuda do que já sabe em uma ou várias áreas do conhecimento. (BATISTA; MANTOAN, 2006, p. 7)

Diante disso, a escola é grande parte da vida do ser humano, nela se inicia uma série de conhecimentos, aprendizados que são levados para a vida toda, não somente as matérias, conteúdos ali aprendidos, mas o saber conviver com outras pessoas, outras classes sociais, outras culturas, outras pessoas que muitas vezes são discriminadas essas então aqui denominadas pessoas com deficiência, tudo isso em busca de mais igualdade entre os seres humanos, e precisa-se disso dentro da escola.

Porém, na escola, na relação pedagógica, parte-se da hipótese da igualdade e se estabelece como meta alcançar a igualdade, pois toda experiência pedagógica normal está estruturada por razões da desigualdade: desigualdades intelectuais que devem ser reduzidas, na medida em que o mestre dá ao discípulo o que lhe falta; transmite-lhe um saber que ele não tem; guia a inteligência inferior com a sua superioridade de inteligência. (AQUINO; CORAZZA, 2009, p. 50).

Frente a isso se percebe que a escola busca formas para uma igualdade diante das diferenças entre pessoas com necessidades especiais e pessoas que não possuem deficiência, que cada vez mais vão aumentando, e indo a procura de escolas com uma equipe que possa oferecer espaço para pessoas com algum tipo de deficiência, neste caso mais especificamente a deficiência intelectual, para um bom desenvolvimento destes alunos.

Mas acima de tudo, a escola tem a tarefa de ensinar os alunos a compartilharem o saber, os sentidos diferentes das coisas, as emoções, a discutir, a trocar pontos de vista. É na escola que desenvolvemos o espírito crítico, a observação e o reconhecimento do outro em todas as suas dimensões.

Em suma, a escola comum tem um compromisso primordial e insubstituível: introduzir o aluno no mundo social, cultural e científico; e todo o ser humano, incondicionalmente tem direito a essa introdução. (BATISTA; MANTOAN, 2006, p. 7)

Com base nisto, se vê que a escola tem de atender a todos os alunos independentemente de suas diferenças, mas mesmo com este objetivo de igualdade entre todos ainda há muitas dificuldades a serem enfrentadas tanto entre alunos quanto a toda equipe escolar.

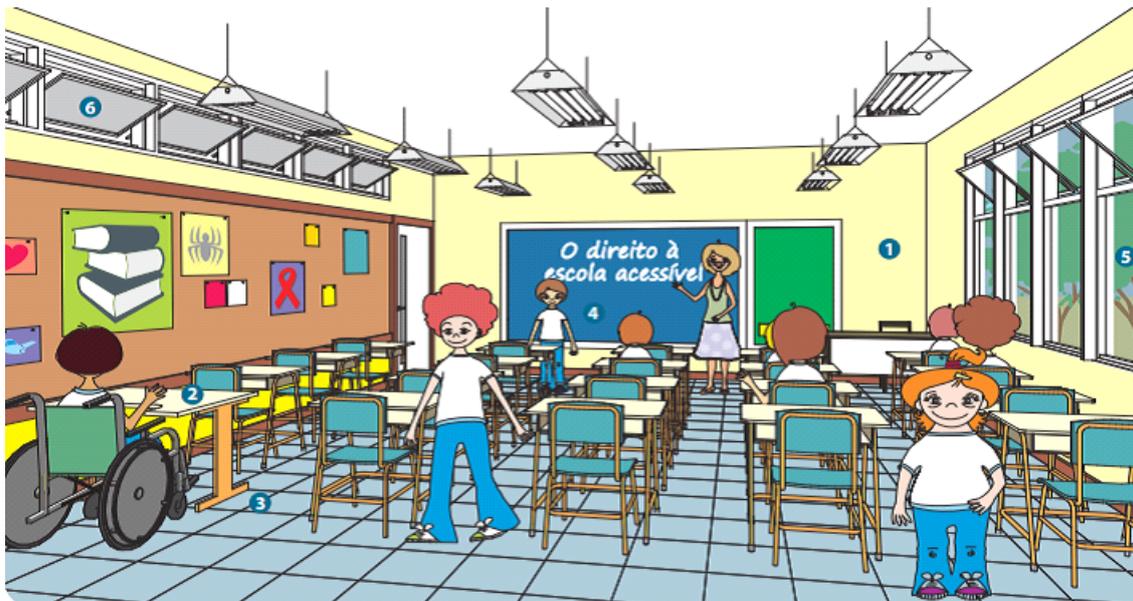
No processo escolar não só os alunos, mas também os profissionais que há dentro da escola têm de se adaptar, ajudar, dar incentivo para o educando que possui limitações, neste processo tem de passar do ato de exclusão para o ato de inclusão, pois, “a inclusão, em termos gerais, constituiu uma ação ampla que, sobretudo em países onde há diferenças sociais muito grandes, propõe uma educação com qualidade para todos.” (RAMOS, 2010, p.9). O processo de inclusão tem como objetivo tornar a educação acessível para todos, mas para que isso aconteça, é preciso que as escolas tenham uma estrutura, ou seja, recursos para trabalhar com as deficiências.

Por fim apresenta-se um modelo de sala de aula que é adequado para todos os alunos, com ou sem deficiência:

Para garantir a acessibilidade, a sala de aula deve possuir piso, paredes e os móveis com cores contrastantes (1), mesa adequada para a aproximação e uso de crianças em cadeira de rodas (2 e 3), quadro-negro e mural com altura acessível ao alcance de crianças menores ou em cadeira de rodas (4), janelas amplas que possibilitem boa iluminação (5) e aberturas que permitam uma boa ventilação (6) (BRASIL, 2009b). (SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p.40)

A seguir pode-se observar este modelo de sala de aula representado na seguinte figura:

Figura 1: Elementos de Acessibilidade na sala de aula



Fonte: MEC/SEESP, 2009 apud SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p.40

## 2.1 Salas de recursos multifuncionais (SRM) e o atendimento educacional especializado (AEE) na escola regular

Para a deficiência intelectual é necessário que na estrutura física da escola tenha um espaço dedicado a sala de recursos multifuncionais, a qual é um espaço reservado ao AEE – atendimento educacional especializado,

O atendimento educacional especializado decorre de uma nova visão da Educação Especial, sustentada legalmente e é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente do currículo do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência.

As barreiras da deficiência mental diferem muito das barreiras encontradas nas demais deficiências. Trata-se de barreiras referentes à maneira de lidar com o saber em geral, o que reflete preponderantemente na construção do conhecimento escolar. Por esse motivo, a educação especializada, realizada nos moldes do treinamento e da adaptação, reforça a condição de deficiente desse aluno. (BATISTA; MANTOAN, 2006, p.17-18)

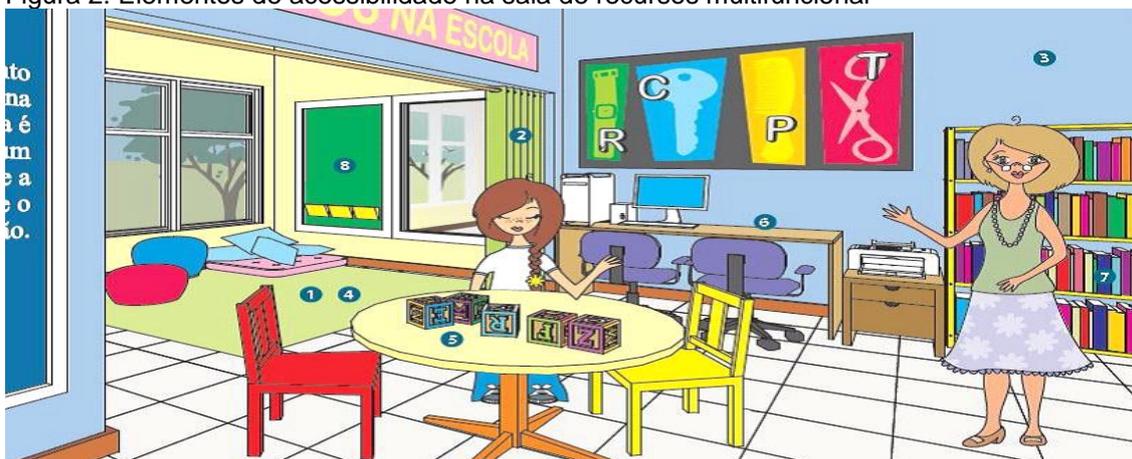
Conforme a caracterização da sala de recursos multifuncionais, e o que é o atendimento educacional especializado (AEE), se pode observar a seguir um modelo de sala de recursos multifuncionais para o AEE:

Para garantir a acessibilidade, a sala deve possuir ambientes para diferentes atividades: locais de atendimento individual ou em grupo (1), separação dos ambientes por meio de cortinas, biombos ou divisórias (2), piso, paredes e os móveis com cores contrastantes (3), espaço com tapete, almofadas e espelho (4), mesas que permitam o uso por pessoas em cadeira de rodas e outras para pessoas com baixa estatura (5), mesado computador que permita que o professor e

o aluno a utilizem simultaneamente **(6)**, prateleiras e gaveteiros para guardar livros e objetos ao alcance de todos os usuários **(7)** e quadro-negro ao alcance de crianças menores ou em cadeira de rodas e diante deles espaço frontal para sua manobra **(8)** (BRASIL, 2009b apud SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015 pg. 41)

Referente ao modelo de SRM descrito anteriormente, encontra-se na figura abaixo:

Figura 2: Elementos de acessibilidade na sala de recursos multifuncional



Fonte: MEC/SEESP, 2009 apud SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p.42

O AEE é uma forma de ajudar os alunos com deficiência a superar suas dificuldades, desenvolver suas habilidades para que assim possam realmente ter uma participação ativa no ensino com os demais alunos, este recurso é caracterizado por ser:

Um serviço da Educação Especial que: Identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (SEESP/MEC, 2008, p.10)

Esse serviço, o qual se denomina AEE, é uma maneira de dar mais oportunidades ao aluno com deficiência para uma melhor relação no ambiente escolar, tanto no seu processo de aprendizagem na sala de aula quanto no próprio AEE, e também seu convívio social com os demais colegas, portanto,

Quanto mais o AEE for oferecido na escola comum que esse aluno frequenta, mais ele estará afirmando o seu papel de oportunizar a inclusão, distanciando os alunos de centros especializados públicos e privados, que os privam de um ambiente de formação comum a todos, discriminando-os, segregando-os. (SEESP/MEC, 2008, p.31)

Além da sala de recursos multifuncionais para a execução do atendimento educacional especializado nas escolas para dar suporte ao aluno com deficiência, a lei prevê outras providências que devem ser tomadas:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; (MEC/SECADI, p.3)

Esta sala destinada ao AEE deve obter os recursos necessários que atendam as necessidades do educando com deficiência, contendo materiais didáticos e pedagógicos, como por exemplo: computadores, jogos e outros, pois há várias maneiras para ajudar o aluno a desenvolver seu aprendizado, assim então o AEE é para ajudar o aluno a superar as dificuldades que tem, para melhorar seu desenvolvimento escolar e social, “o atendimento educacional para tais alunos deve, portanto, privilegiar o desenvolvimento e a superação daquilo que lhe é limitado...” (BATISTA; MANTOAN, 2006, p.18), possibilitando, então, que esse aluno possa progredir e interagir dentro da sala de aula junto com os demais colegas.

É essencial que o atendimento educacional especializado sirva como apoio às necessidades que os alunos com deficiência possuem, mas que não seja visto como uma espécie de aula de reforço, mas sim um suporte ao desenvolvimento educacional do aluno, com diferentes maneiras de alcançar o conhecimento, o aprendizado, buscando no aluno com DI romper as barreiras que dificultam seu entendimento.

O atendimento educacional especializado para o aluno com deficiência mental deve permitir que esse aluno saia de uma posição de “não-saber”, ou de “recusa de saber” para se apropriar de um saber que lhe é próprio, ou melhor, que ele tem consciência de que o construiu. (BATISTA; MANTOAN, 2006, p. 20)

Diante disso, para que o AEE obtenha este desenvolvimento positivo, é necessário que haja um profissional qualificado, com uma formação que atenda as necessidades do aluno com deficiência, que conheça a deficiência e as limitações que são conseqüências da mesma, que saiba desenvolver diferentes atividades de forma significativa no desempenho escolar do aluno, para que assim possa auxiliar o educando com deficiência a obter resultados satisfatórios em sua aprendizagem escolar, possibilitando ao mesmo seu

desenvolvimento no âmbito escolar e social dentro e fora da escola. Destaca-se então que:

É função do professor do AEE organizar situações que favoreçam o desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual e que estimulem o desenvolvimento cognitivo e da aprendizagem.

É também seu papel produzir materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista as necessidades específicas desses alunos na sala de aula do ensino regular. Esse trabalho deve se realizar focalizando as atitudes do aluno diante da aprendizagem e propiciar o desenvolvimento de ferramentas intelectuais que facilitarão sua interação escolar e social.

No trabalho do AEE, o professor exerce um papel importante na construção do conhecimento do aluno. O aluno com deficiência intelectual constrói conhecimentos exercitando sua atividade cognitiva que é estimulada pela intervenção intencional desse professor.

O trabalho do professor de AEE consiste na gestão dos processos de aprendizagem, na avaliação desse processo e em seu acompanhamento. (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010, p. 9)

Busca-se que esses alunos com necessidades especiais junto aos demais colegas na sala de aula, tenham mais facilidades e os professores percebam a evolução dos mesmos. Tornando, portanto, a convivência entre alunos com deficiências e alunos sem deficiência uma experiência inclusiva e respeitando as diferenças, tendo em vista que “o direito à igualdade de todos à educação está garantido, expressamente previsto na Constituição/88 (art. 5º) e trata nos artigos 205 e seguintes, do direito de TODOS à educação.” (SEESP/MEC, 2008, p. 34).

Tendo como objetivo seguir esta legislação de educação para todos, não só os professores devem se acostumar, se profissionalizar, estarem preparados para receber alunos com deficiência intelectual na escola no ensino regular que é tradicionalmente formulada para alunos que não possuem deficiência, mas todos que fazem parte dela: sejam funcionários, diretores, enfim, todos devem receber e auxiliar estes alunos.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). (MEC/SECADI, p.20)

Portanto é notável que haja inúmeras justificativas e legislações que deixam em evidência que a importância de obter um espaço para o AEE é muito importante para o desenvolvimento do aluno, e mais que isso é necessário que haja esse espaço, pois é um direito do aluno com deficiência uma educação que ajude, que de suporte, no seu desenvolvimento educacional e social. Assim então se deixa a seguinte definição do AEE: “esse atendimento não é facilitado, mas facilitador, não é adaptado, mas permite ao aluno adaptar-se às exigências do ensino comum, não é substitutivo, mas complementar ao ensino regular.” (BATISTA; MANTOAN, 2006, p. 26). Então o AEE não substitui o ensino na sala de aula, mas ajuda a superar as dificuldades que há dentro dela.

## 2.2 A Tecnologia Assistiva (TA) na escola

Em busca de uma educação igualitária para todos, em que a escola acolha toda e qualquer pessoa com e sem deficiência, é preciso também que disponibilize ao atendimento das pessoas com deficiência a Tecnologia Assistiva (TA) junto ao AEE, a qual se denomina como uma variedade de equipamentos, estratégias para que ajudem a melhorar o desenvolvimento das pessoas com deficiência, assim então se considera que:

Tecnologia Assistiva é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover Vida Independente e Inclusão. (SARTORETTO; BERSCH, 2014)

Conforme esta afirmação, a tecnologia assistiva possui um conceito que foi estabelecido pelo Comitê de Ajudas Técnicas - CAT,

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (CAT, Comitê de Ajudas Técnicas, portaria nº 142, 2006 apud SARTORETTO; BERSCH, 2014)

Com a tecnologia assistiva busca-se que o aluno com de deficiência obtenha em sua vida melhorias no convívio social e possa melhorar seu desempenho escolar, para a deficiência intelectual pode-se citar alguns

recursos que auxiliam para melhorar o desenvolvimento do mesmo, como softwares educativos de comunicação com símbolos, que podem ajudar na alfabetização e ajudar na escrita, jogos realizados com a turma para que possa auxiliar no convívio social com os demais e entre outros. Como foi citado anteriormente softwares educativos vejamos uma definição desse termo:

Para Sancho (1998, p. 10), “o software educativo é um conjunto de recursos informáticos projetados com a intenção de serem usados em contexto de ensino e aprendizagem”. De maneira simples, os jogos e brincadeiras encontrados em alguns softwares educativos são desenvolvidos para tornar o processo de ensino aprendizagem um momento divertido e desafiador. O propósito é fazer com que o aluno aprenda o conteúdo ou habilidade presente no programa através de um fazer lúdico e diferenciado. (SANCHO, 1988 apud SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p. 206-207)

Como atualmente a sociedade se encontra em um processo de educação inclusiva que cada vez mais vem expandindo-se pelas escolas, a tecnologia assistiva proporciona ainda mais possibilidades de diferentes formas do desenvolvimento do aluno, como se pode perceber,

Na atualidade, constata-se um rápido avanço nas ciências e nas tecnologias, cuja influência, como processo sociológico, se viu refletido no campo educacional, fundamentalmente em dois níveis: mediante a introdução de novos recursos e de meios didáticos que apoiam o processo de ensino e aprendizagem e os conteúdos curriculares. Na educação especial, essas tecnologias trouxeram diversas aplicações para os alunos com necessidades educacionais especiais. Não há dúvidas sobre os benefícios que esses avanços proporcionam à educação, embora se considere necessário situá-los em uma perspectiva global, avaliando, principalmente, o contexto de sua utilização.

A Tecnologia Assistiva (TA) vem dar suporte para efetivar o novo paradigma da inclusão na escola e na Sociedade para Todos, que tem abalado os preconceitos que as práticas e os discursos anteriores forjaram sobre e pelas pessoas com deficiência. (MIRANDA; GALVÃO FILHO, 2012, p.247)

É notável que a TA foi algo que veio para proporcionar a ampliação de ensinar com recursos e metodologias diferenciadas, buscando desta forma que os alunos se desenvolvam melhor no ambiente escolar, e pode-se destacar que estes recursos da TA são geralmente utilizados nas salas de recursos multifuncionais, mas também podem ser utilizados em outros ambientes, como por exemplo, a sala de aula que o aluno frequenta.

É na sala de recursos multifuncional que o aluno aprende a utilizar os recursos de TA, tendo em vista o desenvolvimento da sua autonomia. Porém, estes recursos não pode ser exclusivamente utilizado nessa sala, encontra sentido quando o aluno utiliza essa tecnologia no contexto escolar comum, apoiando a sua escolarização. Portanto, é função da sala de recursos avaliar esta TA, adaptar material e

encaminhar esses recursos e materiais adaptados, para que sirvam ao aluno na sala de aula comum, junto com a família e nos demais espaços que frequenta. (MIRANDA; GALVÃO FILHO, 2012, p.249)

Portanto a tecnologia assistiva pode e deve ser utilizada fora da SRM, acompanhando o aluno nos demais espaços em que o aluno se encontra. Considera-se também que a tecnologia assistiva é uma grande aliada para a educação inclusiva, por isso constata-se que,

A Tecnologia Assistiva (TA) é fruto da aplicação de avanços tecnológicos em áreas já estabelecidas. É uma disciplina de domínio de profissionais de várias áreas do conhecimento, que interagem para restaurar a função humana. Tecnologia Assistiva diz respeito à pesquisa, fabricação, uso de equipamentos, recursos ou estratégias utilizadas para potencializar as habilidades funcionais das pessoas com deficiência. A aplicação de Tecnologia Assistiva abrange todas as ordens do desempenho humano, desde as tarefas básicas de autocuidado até o desempenho de atividades profissionais. (BRASIL, 2009, p.11)

Através da TA se percebe o quanto ela é colaborativa e ajuda progredir no desempenho do aluno com deficiência, com isso então:

Seguramente podemos afirmar, com base na conceituação de **Tecnologia Assistiva**, que: é **todo e qualquer** sistema, ato, procedimento, conduta, produto, sistema, que seja disponível, acessível ou concedido à Pessoa com qualquer tipo ou grau de Deficiência, com objetivos de melhora da funcionalidade. (BRASIL, 2009, p.135)

Também se pode definir a tecnologia assistiva da seguinte maneira: “[...] Tecnologia Assistiva é toda e qualquer ferramenta, recurso ou processo utilizado com a finalidade de proporcionar uma maior independência e autonomia à pessoa com deficiência ou dificuldades.” (ITS Brasil, 2008, p.26-27).

A TA obtêm recursos desde aos mais sofisticados aos de baixo custo, ou seja, Tecnologia Assistiva de Baixo Custo (TABC), de fácil acesso para ajudar o aluno, o que se confere com a afirmação a seguir.

Do recurso mais sofisticado que agrega maior tecnologia ao mais simples material confeccionado artesanalmente, o professor especializado assume a responsabilidade, inclusive, pela disseminação, na escola, do uso de diferentes tecnologias de informação e comunicação, ao efetivar a parceria com os professores do ensino regular na superação de barreiras que impedem ou dificultam o acesso e aprendizagem do conteúdo curricular proposto, por parte de alunos com deficiências [...] (GIROTO; POKER; OMOTE, 2012, p.14)

Assim como a tecnologia assistiva pode dar um grande suporte ao aluno com deficiência, o professor também deve fazer parte do processo e desenvolver a partir da TA, formas de aprendizagem diferenciadas.

Ainda sobre a TABC, seu conceito geral é:

A Tecnologia Assistiva de Baixo Custo (TABC) é todo recurso desenvolvido e/ou adaptado a baixo custo para promover autonomia e melhoria nas Atividades da Vida Diária de cada pessoa com deficiência ou limitação em particular (ITS, 2007). De maneira mais simples, a Tecnologia Assistiva de Baixo Custo pode ser entendida como uma linha da Tecnologia Assistiva produzida manualmente utilizando recursos com custo mínimo, de modo a atender as necessidades específicas de cada usuário.(SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p.132)

Assim então se identificam alguns desses recursos que podem ser encontrados nas salas de recursos e que ajudam a proporcionar maior independência do aluno com deficiência:

Existe um número incontável de possibilidades, de recursos simples e de baixo custo, utilizados como Tecnologia Assistiva, que podem e devem ser disponibilizados nas salas de aula inclusivas, conforme as necessidades específicas de cada aluno com necessidades educacionais especiais presente nessas salas, tais como: suportes para visualização de textos ou livros; fixação do papel ou caderno na mesa com fitas adesivas; engrossadores de lápis ou caneta confeccionados com esponjas enroladas e amarradas, ou com punho de bicicleta ou tubos de PVC “recheados” com póxi; substituição da mesa por pranchas de madeira ou acrílico fixadas na cadeira de rodas; órteses diversas, e inúmeras outras possibilidades. (GIROTO;POKER; OMOTE, 2012, p.68)

Anteriormente foram apresentados alguns recursos no modo geral para serem usados com diferentes deficiências, centralizando o foco que na deficiência intelectual, os recursos que ajudam nesta deficiência são softwares de comunicação com símbolos, jogos realizados com a turma, leitores de tela e entre outros. A seguir na tabela mostram-se algumas imagens desses recursos citados.

Tabela 3: Material didático 1

Produto:	Descrição:	A quem serve:
<p data-bbox="352 320 778 349">Figura 3: O produto Go Talk Pocket</p> <p data-bbox="512 383 695 412"><b>GoTalkPocket</b></p>  <p data-bbox="499 674 708 703"><b>Onde encontrar:</b></p> <p data-bbox="496 705 711 734"><a href="http://www.clik.com.br">www.clik.com.br</a></p> <p data-bbox="352 736 699 766">Fonte: BERSCH, 2013, p. 23</p>	<p data-bbox="876 282 1126 647">Vocalizador com 6 áreas de mensagens aparentes. Possibilidade de armazenamento de 5 pranchas de comunicação pré-gravadas. Vocabulário total de mensagens gravadas: 30</p>	<p data-bbox="1150 226 1334 282"><b>A quem serve:</b></p> <p data-bbox="1150 315 1359 801">Pessoas com limitação ou impedimento da comunicação oral e que poderão comunicar mensagens que serão faladas a partir do toque sobre áreas graváveis onde estão símbolos gráficos representativos da mensagem.</p>

Fonte: BERSCH, 2013, p. 23

Tabela 4: Material didático 2

Produto:	Descrição:	A quem serve:
<p data-bbox="240 987 791 1048">Figura 4: O produto Software Boardmaker com Speaking Dynamically Pro</p> <p data-bbox="240 1081 791 1142"><b>Software Boardmaker com Speaking Dynamically Pro</b></p>  <p data-bbox="475 1480 671 1509"><b>Onde encontrar:</b></p> <p data-bbox="472 1512 675 1541"><a href="http://www.clik.com.br">www.clik.com.br</a></p> <p data-bbox="240 1574 579 1603">Fonte: BERSCH, 2013, p.28</p>	<p data-bbox="815 987 1088 1473">Software para construção de pranchas de comunicação alternativa e recursos educacionais acessíveis. Contém a biblioteca dos símbolos gráficos PCS com mais de 4.500 imagens. Possui uma grande variedade de atividades exemplos e teclados virtuais.</p>	<p data-bbox="1190 925 1342 981"><b>A quem serve:</b></p> <p data-bbox="1110 1021 1359 1930">Poderá ser utilizado por pessoas com as mais diferentes características cognitivas, sensoriais e motoras. Apresenta ferramentas para construção de pranchas de comunicação personalizadas e interligadas. O recurso de escrita com símbolos e os símbolos que associam imagem e escrita servirão consideravelmente para os processos de alfabetização de alunos com deficiência intelectual, surdez, dificuldades de comunicação oral e também para crianças sem deficiência.</p>

Fonte: BERSCH, 2013, p.28

Figura 5: Atividade de jogo de dominó em uma sala de aula regular



Fonte: GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010, p.18

### 3 FORMAÇÃO/PREPARAÇÃO DOS PROFESSORES

Foi possível observar que a escola no seu modo geral precisa estar devidamente com uma estrutura adequada que contemple todos os alunos, a partir disso então se chega à preparação dos professores que compõe a escola para que desempenhe um trabalho significativo para todos. Tendo em vista que a inclusão ainda está em andamento no âmbito educacional, pois,

Mesmo havendo toda uma legislação que pode impor a inclusão, ela não acontece se de fato não for intrinsecamente aceita pelos profissionais da escola. Por isso, a inclusão exige constante reflexão, debate, estudo e conscientização. (SEABRA JUNIOR; CASTRO, 2012, p.84)

Sabe-se do quanto às legislações, palestras, notícias sobre a inclusão estão cada vez tendo mais espaço na sociedade, mas embora se tenha essas legislações, além disso, o mais importante são colocá-las em prática.

Ainda sobre sua legislação,

A Política de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, de janeiro de 2008 (BRASIL, 2008), é vista como ganho imensurável para a educação inclusiva brasileira, ao buscar promover condições para a inclusão por meio de implantações de salas de recursos multifuncionais, acessibilidade arquitetônicas, formação continuada, implantação de núcleos de acessibilidades, realização do PROLIBRAS, organização de núcleos para altas habilidades e programas de distribuição de livros em formatos acessíveis. Tais medidas se configuram como tentativas de operacionalização da educação especial articulada à educação comum em um tempo quando as práticas discriminatórias precisam deixar de existir, dando lugar a igualdade de oportunidades. (SEABRA JUNIOR; CASTRO, 2012, p.84)

Percebe-se então o processo e desenvolvimento para uma educação inclusiva, para um começo disso as escolas, os ambientes que as compõe, precisam ser de uma forma que acolha alunos com deficiência dando-lhes suporte para o seu desenvolvimento em geral, mais que isso, também é preciso que os professores, tenham uma formação adequada para contribuir com o aluno com deficiência, que realmente ajude o aluno a superar suas dificuldades, logo abaixo se pode analisar a importância da formação do professor.

Freire (1998) nos alerta, destacando que transferir conhecimentos não é ensinar. E, em consonância com suas ideias e também com as de Crò (1988, p.32), julgamos ser mais pertinente ao nosso contexto o paradigma de formação do professor reflexivo, “[...] que de forma mais humana possível, deve oferecer à sociedade uma geração de educadores que responda adequadamente às expectativas do

homem de hoje”. Esse professor precisa ter desenvolvido, durante sua formação, atitudes e habilidades de pesquisa para que estas possam fazer parte do contexto escolar, contribuindo com as aprendizagens de nossos alunos. (SEABRA JUNIOR; CASTRO, 2012, p.86)

Portanto obter educadores que se responsabilizem, respeitem o diferente e que ajudem neste processo que atualmente vem ganhando mais espaço que é a educação inclusiva, é um grande avanço na educação em geral. Portanto:

A profissão docente, mesmo com toda a incerteza e insegurança, mediante o movimento crescente de mudança que ocorre na sociedade, busca um aprimoramento da condição humana. Desse modo, ao contrário do que se pode pensar, tal profissão exige maior preparo, aprendizado contínuo, diferentemente dos tempos que nos antecederam. É necessário construir uma consciência de profissionalidade, situando seus saberes e conhecimentos construídos através do seu ensino, adequando-os com a necessidade e a realidade atual. Ou seja, o desenvolvimento profissional deve estar associado ao processo de formação, com vistas ao mundo contemporâneo.(SEABRA JUNIOR; CASTRO, 2012 p.87)

Ainda referente aos professores,

[...] é preciso melhorar a seleção dos professores, propiciar a formação inicial e continuada, e que os programas de formação em que estes se engajam estejam pautados em quatro aprendizagens fundamentais, isto é, os pilares do conhecimento (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser). (SEABRA JUNIOR; CASTRO, 2012, p.87-88)

A partir destas análises de como a importância de obtermos professores que possam ajudar e não apenas obter um aluno com deficiência dentro da sala de aula sem ajudá-lo a progredir é necessário. Iremos observar o que é necessário para o professor do AEE e dos demais professores das salas de aula, quanto ao atendimento a alunos com deficiência intelectual.

O trabalho do professor de atendimento educacional especializado voltado para o aluno com deficiência intelectual se caracteriza essencialmente pela realização de ações específicas sobre os mecanismos de aprendizagem e desenvolvimento desses alunos. O AEE se realiza essencialmente na sala de recursos multifuncionais.

O professor de atendimento educacional especializado deve propor atividades que contribuam para a aprendizagem de conceitos, além de propor situações vivenciais que possibilitem esse aluno organizar o seu pensamento. Esse atendimento deve se fundamentar em situações-problema, que exijam que o aluno utilize seu raciocínio para a resolução de um determinado problema.

Para desenvolver o AEE, é imprescindível que o professor conheça seu aluno e suas particularidades para além da sua condição cognitiva. O trabalho do professor do AEE é ajudar o aluno com deficiência intelectual a atuar no ambiente escolar e fora dele, considerando as suas especificidades cognitivas. Especificidades que

dizem respeito principalmente à relação que ele estabelece com o conhecimento que promove sua autonomia intelectual. (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010, p.8)

É notável o quanto é importante, essencial, que os professores obtenham uma formação continuada, para que possam trabalhar com o educando com deficiência, pois assim saberão o que fazer e como fazer para estimular o desenvolvimento do aluno. Analisa-se agora o papel do professor da sala de aula:

O professor da sala comum é responsável pelos conteúdos curriculares trabalhados na sala, devendo, para tanto, planejar intervenções desafiadoras e promover a aprendizagem colaborativa, pensar formas diversificadas de avaliação global da aprendizagem, que respeite os tempos de aprendizagem do aluno. Já o professor do AEE avalia as condições gerais do aluno, suas limitações, competências, dificuldades e habilidades, para se garantir a acessibilidade curricular; confecciona materiais e recursos adaptados para serem utilizados pelo aluno e orienta o professor da sala comum sobre as avaliações e registro sistemático. O trabalho articulado desses dois profissionais contribui não só para mensurar o que o aluno não sabe, mas oportuniza a identificação das condições favoráveis e as barreiras à aprendizagem existentes na escola. (SEABRA JUNIOR; CASTRO, 2012, p.109)

A partir disso percebe-se então que professores do AEE e os demais professores das salas de aula devem trabalhar juntos, com o objetivo de ajudar aluno a desenvolver-se de forma significativa, podendo ajudá-lo, incentivá-lo a se tornar independente na escola e nos demais ambientes que frequenta, quebrando as barreiras que os julgam como alunos que não conseguem aprender e não conseguem conviver com as outras pessoas. Vejamos então mais sobre a formação dos professores em geral:

Na formação dos professores especializados, além da graduação a proposta é criar cursos de especialização em educação de pessoas com deficiência, cada um deles focando uma das deficiências, diferenciando essa formação daquela para professores do ensino regular, mas formação em ciência da educação continua sendo a base da formação desse e de todos os professores.

Nos cursos de pós-graduação para professores de alunos com deficiência mental, a programação incluirá o conhecimento profundo dessa deficiência, do ponto de vista das diferentes áreas do conhecimento. Para esses professores especialistas, por exemplo, a maneira pela qual se adquire/constrói o saber é conteúdo fundamental de formação. Mas a essa formação tem-se de acrescentar uma parte prática, em que eles aprenderão a criar estratégias de estimulação da atividade cognitiva.

A formação especializada incluirá também, além da execução, o planejamento, a seleção de atividades e a avaliação do aproveitamento dos alunos, que é básica para que os planos de atendimento educacional especializado sejam constantemente

revistos, melhorados e ajustados ao que os grupos ou ao a que cada aluno necessita.

A formação continuada de professores é mais uma estratégia fundamental para atualização e aprofundamento do conhecimento pedagógico comum e especializado. Esta formação, preferencialmente acontecerá, a partir dos próprios casos em atendimento, pois esse é um material vivo, que propicia uma visão subjetiva que o professor responsável pela sala de aula ou por esse atendimento terá para dar conta da complexidade dos alunos e do seu processo de aprendizagem. É primordial que se leve em consideração o caráter subjetivo dessa formação, para que não se caia nas malhas da generalização do atendimento, seja por patologias, por métodos, técnicas, receituários pedagógicos e/ou fornecidos por outras especialidades. (BATISTA; MANTOAN, 2006, p. 27)

Observa-se que é fundamental para o aluno com DI obter professores com um conhecimento geral sobre sua deficiência, sobre metodologias, avaliações e entre outras várias ferramentas para o andamento escolar e social do mesmo. Desta forma com todo esse movimento de educação inclusiva ser professor exige uma grande responsabilidade, pois,

Reconhecer as necessidades e valorizar as potencialidades de cada indivíduo constituem características pessoais que podem e devem ser desenvolvidas por um estilo de formação crítica, desde a educação básica até sua graduação. Entre outras, estas são condições educativas de que precisamos para proporcionar uma educação de qualidade aos nossos alunos. (SEABRA JUNIOR; CASTRO, 2012, p. 90)

Ressaltando, a inclusão é uma forma de se obter uma educação igualitária para todos, independentemente das particularidades de cada ser humano,

O reconhecimento e o respeito às necessidades dos alunos precisam ganhar força dentro das salas de aulas, para que as crianças consigam aprender umas com as outras. As leituras e as reflexões feitas por seus professores necessitam ser vistas como instrumentos práticos e não mais como material acadêmico restrito aos teóricos, nas universidades. Esse novo modelo de educação está posto, é oficial. Portanto, os projetos políticos pedagógicos das escolas devem ser revistos em seu cerne, de forma a contemplar a inclusão. Somos todos responsáveis pela educação da contemporaneidade. Somos os agentes deste momento histórico de transformação. Nesse sentido, que contribuições queremos deixar às futuras gerações? Incluir não é só um lema, mas um propósito que move hoje a ação educativa, objetivando alcançar a qualidade para todos, sem nenhuma distinção. (SEABRA JUNIOR; CASTRO, 2012, p.95)

Observa-se então que a educação inclusiva deve estar presente nas escolas dando a oportunidade aos alunos que mesmo com suas especificidades possam evoluir, aprender, se desenvolver e possam se tornar independentes dentro e fora da escola, mas também esta evolução não fica

somente por parte dos alunos com deficiência, é também dos professores que trabalham com eles, pois aprendem também.

É necessário que os professores tenham a consciência de se aperfeiçoar e deixar de lado aquele modelo de ensino tradicional que basicamente exclui alunos com deficiência, pois “ensinar, hoje, requer habilidades mais complexas do que tempos atrás, pois as mudanças ocorrem de forma rápida e contínua. Dentro de toda essa transformação, deparamo-nos com a Educação Inclusiva e seus enfrentamentos.” (SEABRA JUNIOR; CASTRO, 2012, p.97). E ainda “a teoria deve sustentar a prática e a prática precisa subsidiar novas teorias. Uma interligada à outra, a fim de abolir a segregação e favorecer a inclusão.” (SEABRA JUNIOR; CASTRO, 2012, p.98).

Em busca de substituir a exclusão pela inclusão, refere-se também da evolução do ser humano em conviver e trabalhar junto com o diferente, dando-lhe espaço para sua aprendizagem, quando se fala em exclusão logo se pensa nos preconceitos, nas discriminações que pessoas com deficiência sofriam com muita clareza em séculos anteriores, hoje ainda não se pode referir que a exclusão deu totalmente o espaço para inclusão, mas pode-se perceber a grande evolução para que a inclusão, ou seja, a educação inclusiva tenha seu lugar em todos os ambientes. Portanto:

Desenvolver recursos de acessibilidade também pode significar combater esses preconceitos, pois, no momento em que lhe são dadas as condições para interagir e aprender, explicitando o seu pensamento, o indivíduo com deficiência mais facilmente será tratado como um “diferente-igual”, ou seja, “diferente” por sua condição de pessoa com deficiência mas, ao mesmo tempo, “igual” por interagir, relacionar-se e competir em seu meio com recursos mais poderosos, proporcionados pelas adaptações de acessibilidade de que dispõe. É visto como “igual”, portanto, na medida em que suas “diferenças”, cada vez mais, são situadas e se assemelham com as diferenças intrínsecas existentes entre todos os seres humanos. Esse indivíduo poderá, então, dar passos maiores em direção à eliminação das discriminações, como consequência do respeito conquistado com a convivência e aumentando sua auto-estima, pois passa a poder explicitar melhor seu potencial e pensamentos. (Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil), 2008, p.26)

Destacam-se então algumas dicas para desenvolver o trabalho do professor com o aluno com deficiência intelectual:

Tabela 5: Dicas para o trato da pessoa com deficiência intelectual

DICAS	OBJETIVOS
Respeitar o ritmo de aprendizagem e individualidade de cada um.	Acreditar no potencial da pessoa com deficiência.

Agir naturalmente no relacionamento interpessoal. Tratar com respeito e consideração.	Respeitar a dignidade da pessoa.
Respeitar a idade cronológica.	Evitar a infantilização. Favorecer a aquisição de maturidade.
Planejar atividades diversificadas que promovam a independência e autonomia.	Oferecer oportunidades de desenvolvimento global.
Falar diretamente com a pessoa com deficiência, estabelecendo contato visual.	Estimular a comunicação acreditando no seu potencial.
Oferecer modelos de comportamento adequado.	Favorecer o desenvolvimento social.
Evitar superproteção.	Estimular sua independência.
Não tratá-la como doente.	Favorecer os processos de mediações, evitando sérias conseqüências ao seu desenvolvimento.
Não associar manifestações de agressividade à pessoa com deficiência intelectual. Esta característica pode estar presente em qualquer pessoa com ou sem deficiência.	Evitar preconceitos.
A sexualidade é parte integrante de todo ser humano, não sendo diferente para a pessoa com deficiência.	Desmistificar que a pessoa com deficiência intelectual é assexuada ou apresenta sexualidade exacerbada.

Fonte: Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil), 2008, p.17

Tais dicas acima são de fundamental importância no trato do professor com o aluno com deficiência intelectual, pois ajuda no desempenho positivo do aluno e, além disso,

Inovar a maneira de ensinar inclui inovar a maneira de avaliar, utilizando instrumentos variados que possibilitem ao professor conhecer melhor o aluno e planejar o seu trabalho. Os instrumentos de avaliação devem permitir a observação e o registro dos avanços e das dificuldades do aluno, que poderão ser consultados frequentemente pelo docente e que, ao final do ano, refletirão o trabalho desenvolvido, permitindo que sejam traçados novos objetivos para que se dê uma continuidade ao mesmo. (SEABRA JUNIOR; CASTRO, 2012, p. 180)

### 3.1 Professores que ignoram alunos com deficiência

Mesmo estando em um processo de grande evolução referente à inclusão, ainda nos deparamos com professores que não ajudam no desenvolvimento dos alunos com deficiência, que não procuram alternativas para trabalhar, estimular, chamar atenção para que o aluno possa estudar e aprender. A seguir se pode observar uma breve análise em que os autores Gomes, Poulin e Figueiredo descrevem esses professores, referindo-se a um tipo de pedagogia a qual esta se encontra muito presente no âmbito educacional, denominada em “Pedagogia da negação”, sua característica principal é professores que não percebem a capacidade de o aluno com deficiência intelectual evoluir no meio escolar, e acabam a não oportunizar seu desenvolvimento na escola.

Alguns professores privilegiam o caminho das aprendizagens mecânicas quando atuam junto aos alunos que apresentam deficiência intelectual. Ao invés de apelar para situações de aprendizagem que tenham raízes nas experiências vividas pelo aluno, atividades essas capazes de mobilizar seu raciocínio, propõem atividades baseadas na repetição e na memória. Frequentemente, essas atividades são desprovidas de sentido para os alunos. Esses professores privilegiam o caminho das aprendizagens mecânicas sob o pretexto de que os alunos os quais apresentam deficiência intelectual manifestam numerosas dificuldades nos processos de aprendizagem que eles agem pouco no mundo no qual evoluem e enfim, sob o pretexto de que os alunos antecipam o fracasso e não se apóiam sobre seus conhecimentos quando estão em situação de aprendizagem ou de resolução de problemas. (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010 p.7)

A partir deste pequeno trecho é notável que esses professores negligenciam a oportunidade do aluno com DI desenvolver sua aprendizagem, pois não utilizam metodologias e materiais didáticos que possam ajudar no desenvolvimento de forma positiva desse aluno na escola.

Agindo desta maneira, tais professores se comportam como se não reconhecessem no aluno que apresenta deficiência intelectual um sujeito capaz de crescimento e de afirmação. Seu acompanhamento pedagógico parece respaldado por uma concepção de aluno que se apóia sobre a idéia de insuficiência ou de lacuna, mesmo de falta no que diz respeito ao raciocínio. Os professores não reconhecem nesse aluno capacidades cognitivas as quais convém mobilizar para favorecer a melhor interação com o meio onde ele vive. Consequentemente, eles negam um aspecto absolutamente fundamental do desenvolvimento humano, a saber, o intelectual. Em

suma, eles se fecham em uma pedagogia da negação. Uma pedagogia que não reconhece o potencial dos alunos, sobretudo daqueles que apresentam deficiência intelectual e que, conseqüentemente, causa prejuízos para as suas aprendizagens e autodeterminação.

A Pedagogia da negação encontra sua fonte na superproteção, que é um parente próximo da rejeição. A superproteção de um professor em relação a um aluno que apresenta deficiência intelectual pode se manifestar de várias maneiras. (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010, p.7)

Esta rejeição manifestada na pedagogia da negação mostra o quanto é prejudicial para o aluno, pois acaba sendo considerado como uma pessoa incapaz de progredir pelo fato de obter uma deficiência. Ainda referente a isso se continua a análise sobre a pedagogia da negação que encontra-se lado a lado com a superproteção, destacando-se alguns exemplos a seguir.

Por exemplo, quando o professor propõe frequentemente atividades que não provocam dificuldades verdadeiras para o aluno, com medo que ele perca a motivação para aprender ou com receio que ele não seja capaz de realizar a atividade. Quando aprova o trabalho do aluno sem que o aluno tenha demonstrado um esforço para a realização dele. Quando resolve o problema no lugar do aluno, logo que ele apresenta dificuldades. Quando o professor não desafia o aluno, provocando dúvida, contrapondo idéias. Quando o professor coloca na mochila do aluno o material necessário para os deveres e para as lições de casa ou quando resolve a tarefa para o aluno, ele está atuando sob o princípio da pedagogia da negação. É importante considerar que uma das grandes responsabilidades do professor de sala de aula, bem como do professor do AEE, consiste no desenvolvimento intelectual e da autonomia do seu aluno. (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010 p.7)

Conforme os exemplos acima, se pode perceber que o professor não exerce seu trabalho como um profissional comprometido e preocupado com o desempenho e avanços do aluno a cada conteúdo, atividade, pois considera-se que,

O desenvolvimento intelectual do aluno com deficiência deve ser objeto de preocupação constante do professor. A inteligência deve ser estimulada e educada para que ele possa evoluir. E o aluno que apresenta deficiência intelectual não escapa à regra. Mesmo o aluno que apresenta uma necessidade de apoio importante ou intenso, pode tirar proveito de intervenções educativas destinadas a favorecer ou estimular o desenvolvimento de suas estruturas intelectuais. Os exemplos, neste sentido, são numerosos na literatura científica. Diante dessa realidade, é inadmissível que a Pedagogia da negação continue a fazer adeptos entre os professores que têm a responsabilidade pela educação dos alunos. (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010 p.7-8)

Como foi possível perceber que mesmo com a inclusão sendo muito discutida, ainda é visível a resistência de professores, da escola e na maioria das vezes não obterem qualificação necessária, ou seja, desde o processo inicial de licenciatura até o ato de estar exercendo sua profissão, pelo fato de não saber o que fazer e de como fazer para educar alunos com deficiência intelectual, ou simplesmente por não reconhecer que o aluno com deficiência tem condições de aprender e evoluir.

Ainda em relação a esta resistência por parte da escola ou professores destaca-se que:

A identificação negada é incentivada pela cultura, pois deve-se valorizar os mais fortes, os mais eficientes, os mais perfeitos e, conseqüentemente, desprezar seus opostos; a frieza também é incentivada por esta cultura, pois o homem autônomo é entendido como aquele que pode prescindir dos outros. (MIRANDA; GALVÃO FILHO 2012, p.47)

Como apresentado na citação acima, essa resistência a educação inclusiva, o preconceito, vem de uma geração que simplesmente não se importava e não aceitava as diferenças que o ser humano possui. E ainda em relação a isso não se pode obter uma garantia de que mesmo que a educação inclusiva materialize seu lugar na escola rompendo com a segregação historicamente praticada, mesmo assim poderá haver rejeições quanto a isso.

Com a educação inclusiva, o combate à segregação entre alunos diferenciados entre si é efetivo, ainda que comporte resistências; a convivência entre alunos com características diversas não significa, no entanto, a ausência de preconceito e suas formas de manifestação. Se nossa sociedade gera, a partir de sua própria base, indivíduos preconceituosos, sem que ela se modifique estruturalmente e se torne justa e igualitária, não há como supor que as instituições deixem de fomentar o preconceito; entre essas instituições, a escola. (MIRANDA; GALVÃO FILHO 2012 p.50)

Este trecho acima confirma o que anteriormente havia sido mencionado quanto à possibilidade de mesmo com a educação inclusiva, ainda poderá haver algum tipo de resistência de algum indivíduo em relação ao aluno com deficiência.

#### 4 MATERIAS DIDÁTICOS E METODOLOGIAS ALTERNATIVAS PARA TRABALHAR COM ALUNOS COM DI

Nos capítulos anteriores discorreu-se sobre o papel da escola e dos professores ao receber alunos com deficiência intelectual, chega-se então a uma questão que é muito importante também, que se referem às possibilidades de outros materiais didáticos, metodologias que ajudem cada vez mais na aprendizagem, desenvolvimento do aluno com DI, pois,

Disponibilizar a essas pessoas novos recursos de acessibilidade, novos ambientes, na verdade, uma nova sociedade, que as inclua em seus projetos e possibilidades, não significa apenas propiciar o crescimento e a auto-realização da pessoa com deficiência, mas, principalmente: é possibilitar a essa sociedade crescer, expandir-se, humanizar-se, através das riquezas de um maior e mais harmonioso convívio com as diferenças. (Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil), 2008, p. 38)

Percebe-se então que a inclusão hoje é uma maneira de possibilitar o aprendizado a todos, de saber conviver com a diversidade que temos presente na sociedade, por isso então o fato de se investir para que a educação inclusiva não seja apenas algo a ser feito como obrigação de ter que incluir pessoas com deficiência no ensino regular, mas algo que transforme a sociedade e aprenda respeitar, conviver, valorizar a diversidade que obtemos.

A ideia de inclusão escolar exige de nós esse movimento em direção a uma escola ativa, que possibilite o exercício da coletividade e o envolvimento no processo do aprender, onde se busque o diálogo e não o silêncio disciplinador, em que as crianças aprendam de forma experimental e não verbalística e onde se considere suas particularidades, sejam quais forem. Certamente que essas mudanças pressupõem uma organização política e estrutural do ambiente escolar e, necessariamente, uma discussão no coletivo da escola, como o registro de novas intenções pedagógicas no Projeto Político-Pedagógico, o qual deve conter a intenção, o planejamento, a implantação e a avaliação da comunidade escolar acerca das proposições da instituição. (OLIVEIRA; VALENTIM; SILVA, 2013, p.19)

Ainda pode-se observar o desenvolvimento em que se busca para uma escola mais ativa, onde todos tenham a oportunidade de expor seus questionamentos, conhecimentos e etc, pois,

Da mesma forma, com a participação ativa do aluno na aprendizagem numa perspectiva coletiva, constitui-se a própria subjetividade de cada um, alunos e professores, que poderão ver as diferenças como algo natural, visto que está posto, como ponto de partida da própria prática pedagógica ao oferecer múltiplas possibilidades e atividades diferenciadoras, que, em atos educacionais, [...] (OLIVEIRA; VALENTIM; SILVA, 2013, p. 20)

Como mostrado acima, a escola deve estar unida, para que possa planejar atividades e possibilidades de o aluno com DI aprender, evoluir, junto com os demais.

#### 4.1 Currículo escolar e suas adaptações

A necessidade de haver modificações no currículo da escola para efetivar a educação inclusiva não é recente, podendo ser confirmada essa questão a seguir,

No Brasil, a necessidade de se pensar o currículo para a escola inclusiva foi oficializada em 1998, com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Adaptações Curriculares Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Na sequência é apresentado o conceito e classificação do processo de adaptação curricular à luz dos PCNs.

A adaptação curricular segundo os PCNs (BRASIL, 1998) constituem:

- Possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos;
- Flexibilizações do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades educacionais especiais. **Não um novo currículo**, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os alunos;
- Instrumento pedagógico que avalia, identifica e responde às necessidades educacionais especiais de cada aluno, intervindo para o processo ensino aprendizagem à sua maneira. Isso implica no planejamento do processo educativo e de ações docentes fundamentadas em critérios que definam: o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno. (SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p.45 grifos do autor)

Primeiramente destaca-se o currículo escolar, pois é de fundamental importância que sejam feitas mudanças a partir dele para que as outras como atividades, avaliações possam ser devidamente revistas.

Sem dúvida, a perspectiva é focar o currículo geral, aquilo que se pretende ensinar aos alunos no decorrer de certo período de escolarização e, se o aluno com deficiência intelectual está na escola, essa deve ser também a sua referência de aprendizagem.

Entretanto, por outro lado, não há como negar as diferenças associadas à própria condição da deficiência intelectual, as quais devem ser reconhecidas pela escola para que esta ofereça respostas educativas adequadas capazes de garantir a aprendizagem e a escolarização desses alunos. É nesse contexto que são referidas as modificações, que nada mais são do que estratégias de adequação de currículo para atender às necessidades educacionais provenientes da deficiência intelectual. [...]

Trata-se de buscar alternativas que garantam o seu acesso ao currículo geral, sem negligenciar as particularidades da deficiência intelectual; ao contrário, é justamente o desafio interposto pelo processo de inclusão escolar, que é aproximá-los dos outros, não apenas em termos de interação, mas também de aprendizagem. É a superação de um currículo naturalístico que impunha aos alunos com deficiência intelectual os treinos de habilidades psicomotoras, inclusive da própria escrita, desconsiderando-se a sua possibilidade de constituição e elaboração da linguagem oral, escrita e interpretativa. (OLIVEIRA; VALENTIM; SILVA, 2013, p.42)

Ainda referente ao currículo em relação as suas mudanças pode-se destacar que:

As adequações no currículo possuem níveis que devem ser observados: *o institucional*: que são os ajustes que a escola deverá realizar e estão descritos no Projeto Político-Pedagógico; *o de classe*: que se refere à reflexão coletiva sobre a necessidade de mudanças nos componentes básicos do currículo – objetivos, conteúdos, metodologia, recurso, estratégias, avaliação; e *o individual*: em que são mais focadas as necessidades educacionais dos alunos. (OLIVEIRA; VALENTIM; SILVA, 2013, p.42-43)

Portanto as adequações no currículo tradicional busca acolher a diversidade que há nas escolas, propondo um ensino que todos possam usufruir mesmo com as diversas particularidades de cada indivíduo, portanto:

O **currículo** passa a ser um dos elementos da operacionalização da educação escolar, **junto com o projeto político pedagógico, o sistema de avaliação e o regimento escolar viabilizam na proposta pedagógica, a perspectiva da educação inclusiva**, de forma a efetivar o atendimento do público-alvo da Educação Especial que é transversal a todos os níveis etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2010).

O conceito de **currículo na perspectiva inclusiva** se compromete com o ensino de qualidade e com a responsabilidade de acolhimento e respeito, traz grupos excluídos para “dentro do sistema”. Apresenta como característica básica **ser flexível para permitir a individualização**. Sendo assim, não é possível e nem desejável, que haja uma “cartilha” que explique como desenvolver ou implementar um currículo inclusivo (CARVALHO, 2008).(SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015,p. 46)

Ainda pode-se definir que:

Assim o processo de Adaptação Curricular pode ser compreendido como modificações, ajustes do planejamento (no nível da escola, da sala de aula, do aluno), dos objetivos, conteúdos, atividades e formas de avaliação respondendo às necessidades educacionais específicas para a inclusão de cada aluno.

Especialistas ressaltam que no decorrer da vida escolar, em dado momento, qualquer aluno pode apresentar necessidades educacionais, que podem ser de caráter temporário ou permanente. Porém, as necessidades educacionais podem solicitar da escola e do professor uma variedade de recursos e apoio especializado, a fim de proporcionar ao aluno meio de acesso ao currículo, são as denominadas necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1998). (SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p.46)

A seguir é possível observar a classificação da adaptação curricular conforme os autores SONZA, SALTON, STRAPAZZON:

Tabela 6: Classificação do processo de adaptação curricular

<b>Categoria</b>	Adaptações de acesso ao currículo e nos elementos do currículo
<b>Níveis</b>	Adaptações no nível do Projeto Político Pedagógico (currículo escolar), adaptações relativas ao nível da classe (plano de aula) e adaptações individualizadas do currículo (plano individual).
<b>Tipo</b>	Adaptações não significativas do currículo ou de pequeno porte e adaptações significativas do currículo ou de grande porte.

Fonte: SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015 p.47

O processo de Adaptação Curricular pode ser classificado em: **adaptações de acesso ao currículo** e **adaptações de acesso aos elementos do currículo**. As adaptações de acesso ao currículo são categorias que visam à eliminação de barreiras físicas, na comunicação, programática, atitudinais e instrumentais. Já as adaptações de acesso aos elementos do currículo são categorias que visam à eliminação de barreiras metodológicas no material didático-pedagógico e atitudinais. (SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p.47)

Ainda os autores citados anteriormente destacam três níveis referentes às adaptações do currículo, os quais podem ser observados a seguir.

As adaptações do currículo também podem ser apresentadas em três níveis; o que compreende a ação de planejar, que é determinante à postura intencional, ao hábito da reflexão crítica, à necessidade da troca com o outro e ao registro do processo de adaptação curricular. Assim destacam-se:

- **Adaptações no nível do Projeto Político Pedagógico (currículo escolar):** são adaptações curriculares no nível do PPP. Centralizam a organização escolar (proposta pedagógica na orientação inclusiva) e os serviços AEE (Atendimento Educacional Especializado), SRM (Salas de Recursos Multifuncionais), TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), TA (Tecnologia Assistiva), que amparam legalmente o fazer pedagógico.

- **Adaptações relativas ao nível da classe (plano de aula):** são adaptações curriculares a nível de sala de aula. Está relacionada às modalidades de adaptação do tipo não significativo ou de pequeno porte. São medidas adaptativas, **realizadas pelo professor**, com destaque ao “como fazer”, podendo sofrer ajustes na programação, na organização (espaço), nos procedimentos didático pedagógicos e na organização temporal dos componentes e dos conteúdos curriculares, visando a participação de cada aluno nas atividades em sala de aula (BRASIL, 1998).

- **Adaptações individualizadas do currículo (plano individual):** São adaptações no nível individual, de caráter processual. Quando necessárias, estarão intimamente ligadas às modalidades de adaptação do tipo **significativa ou de grande porte** (adaptações que afetam os elementos prescritivos do currículo oficial: conteúdos/conceitos/objetivos) e, como consequência, podem ter

alterações na titulação/certificação do aluno, por meio da “terminalidade específica” (BRASIL, 1998). (SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p.47)

Observa-se que foi mencionado o seguinte termo “adaptação do tipo significativa” do currículo, para uma melhor compreensão do termo e do que se refere dentro do currículo, vejamos a explicação do mesmo e também do termo que não foi citado acima, “adaptação não significativa” do currículo, mas que também está dentro do currículo.

O processo de Adaptação Curricular pode ainda ser classificado em dois tipos: **adaptações NÃO SIGNIFICATIVAS do Currículo ou de pequeno porte**, que representam a maioria das adaptações curriculares realizadas na escola, constituem pequenos ajustes no cotidiano da sala de aula e são, em geral, implementadas pelo professor com a participação do aluno. São consideradas adaptações “não significativas”, pelo fato de alterar pouco o currículo oficial. As **adaptações SIGNIFICATIVAS do Currículo ou de grande porte** que são aquelas que, no decorrer do processo ensino aprendizagem e para atender as necessidades educacionais especiais do(s) aluno(s), exigem grandes alterações no currículo regular. São adaptações que afetam os elementos prescritivos do currículo oficial e, como consequência, podem ter alterações na certificação (por terminalidade específica) do aluno. (SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015 p.48)

Após a análise das adaptações significativas e não significativas, apresenta-se uma tabela com essas adaptações.

Tabela 7: Tipos de Adaptação Curricular

TIPOS DE ADAPTAÇÃO DE CURRICULAR		
MODALIDADE	NÃO SIGNIFICATIVA	SIGNIFICATIVA
<b>Adaptação relativa à organização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização de agrupamentos;</li> <li>- Organização didática;</li> <li>- Organização do espaço;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Introdução de recursos específicos de acesso ao currículo;</li> </ul>
<b>Adaptação relativa aos objetivos e conteúdos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Priorização de áreas ou unidades de conteúdos;</li> <li>- Priorização de tipos de conteúdos;</li> <li>- Priorização de objetivos;</li> <li>- Sequenciação;</li> </ul>	

	Eliminação de conteúdos secundários;	
<b>Adaptação relativa aos objetivos</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eliminação de objetivos básicos;</li> <li>- Introdução de objetivos específicos/alternativos;</li> <li>- Introdução de objetivos específicos/complementares;</li> </ul>
<b>Adaptação relativa aos conteúdos</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Introdução de novos conteúdos;</li> <li>- Eliminação de conteúdos</li> </ul>
<b>Adaptação relativa à avaliação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adaptação de técnicas e instrumentos;</li> <li>- Modificação de técnicas e instrumentos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Introdução de critérios específicos de avaliação</li> <li>- Eliminação de critérios gerais de avaliação</li> <li>- Adaptações de critérios regulares de avaliação</li> <li>- Modificação dos critérios de Promoção</li> </ul>
<b>Adaptação relativa a procedimentos didáticos e nas atividades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Modificação de procedimentos;</li> <li>- Introdução de atividades alternativas às previstas;</li> <li>- Introdução de atividades complementares às previstas;</li> <li>- Modificação do nível de complexidade das atividades;</li> <li>- Eliminando componentes;</li> <li>- Sequenciando a tarefa;</li> <li>- Facilitando planos de ação;</li> <li>- Adaptação dos materiais;</li> <li>- Modificação da seleção</li> </ul>	

	materiais previstos;	
<b>Metodologia e Organização Didática</b>		– Introdução de métodos e Procedimentos complementares/ou alternativos de ensino e aprendizagem
<b>Adaptação na Temporalidade</b>	– Modificação da temporalidade para determinados objetivos e conteúdos previstos	– Prolongamento de um ano ou mais de permanência do aluno na mesma série ou no ciclo (retenção)

Fonte: SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015 p.48-49

Em relação às adaptações é preciso considerar alguns pontos fundamentais:

- Preceder de criteriosa avaliação do aluno considerando as suas competência e habilidades;
- Fundamentar-se na análise do contexto escolar e familiar, que favoreça a identificação da NEE e dos elementos adaptativos necessários que possibilitem as alterações indicadas;
- Considerar a participação da equipe docente e técnica da escola e com o apoio de uma equipe multidisciplinar (psicólogo, fonoaudiólogo, médico e outros) quando possível e necessário;
- Evitar que as programações individuais sejam definidas, organizadas e realizadas com prejuízo para o aluno, ou seja, para o seu desempenho, promoção escolar e socialização;
- Adotar critérios para evitar adaptações curriculares muito significativas, que impliquem supressões de conteúdos expressivos (quantitativa e qualitativamente), bem como a eliminação de disciplinas ou de áreas curriculares completas;
- Adotar o registro documental das medidas adaptativas adotadas, para integrar o acervo documental do aluno. (SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p.49)

Já que foi possível analisar que as mudanças, as devidas adaptações do currículo e de como fazer isso, passa-se a seguir para as atividades, metodologias, estratégias a serem desenvolvidas a partir de um currículo que permite alterações.

#### **4.2 Metodologias, atividades e avaliações para alunos com deficiência intelectual**

Ao longo do que já foi analisado sobre a educação inclusiva, chega-se a um ponto que pode ajudar muito no desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual, ou seja, por em prática as adaptações feitas no currículo.

Já se pode destacar o que em geral os professores tanto da sala de aula quanto da sala de recursos multifuncionais podem fazer para que o aluno com DI o entenda, compreenda inicialmente sua explicação:

[...] falar mais pausadamente e utilizar mais recursos imagéticos pode ser importante para os que têm deficiência intelectual. A educação inclusiva, assim, não deve desconhecer as diferenças, mas proporcionar recursos para o cumprimento dos objetivos escolares. (MIRANDA; GALVÃO FILHO, 2012, p.42)

#### 4.2.1 Atividades e estratégias de metodologias para a DI

Para o auxílio do aluno com deficiência identifica-se a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), a qual é definida como “recursos utilizados para facilitar a comunicação e aprendizagem de alunos com alterações cognitivas e dificuldades de fala.” (SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p.153). Podem-se observar exemplos de CAA logo abaixo:

Figura 6: Prancha de comunicação



Figura 7: Cartões de comunicação



Fonte: MEC/SEESP, 2006 apud SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p. 153

Outros recursos utilizados para beneficiar os alunos são os recursos da tecnologia assistiva, que são os softwares, os vocalizadores, os quais podem se definir como recursos pedagógicos para os professores usarem com os alunos, logo abaixo a descrição de cada um.

Primeiramente o vocalizador, do seguinte modelo Go Talk Pocket o qual o mesmo já foi mencionado nos capítulos anteriores seguido de sua descrição, agora pode-se observar como pode ajudar na atividades.

**“Uso pedagógico:** Permite fazer perguntas, esclarecer dúvidas, expressar sentimentos e necessidades, responder avaliações, escolher

atividades, participar de apresentações e teatro etc.” (BERSCH, 2013, p.23); Seguindo, destaca-se o Software Boardmaker com SpeakingDynamically Pro, também já mencionado nos capítulos anteriores seguido de sua descrição e o qual pode ajudar da seguinte forma.

“**Uso pedagógico:** Permite a comunicação ilimitada por meio de pranchas interligadas e teclados virtuais. Favorece alfabetização e produção escrita. Possibilita a construção de textos com símbolos. Permite a construção de atividades pedagógicas acessíveis para qualquer disciplina ou nível de ensino.” (BERSCH, 2013, p.28).

Desta forma, estas são algumas maneiras diferentes de contribuir para o desenvolvimento dos alunos com deficiência intelectual, principalmente na parte de comunicação e aprendizagem do educando, mas além destes exemplos mostrados há muitos outros que ajudam de forma significativa o aluno com DI.

“Em relação às dificuldades apresentadas pelos alunos com deficiência intelectual, a maioria delas se relaciona ao processamento cognitivo e comunicação.” (SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p.82). Sabemos das principais dificuldades da pessoa com deficiência intelectual tanto no seu processo de aprendizagem escolar quanto às vivências da vida diária, a partir disso se pode destacar na tabela abaixo as dificuldades e estratégias para o desempenho de alunos com DI.

Tabela 8: Dificuldades e estratégias para o aluno com DI

<b>Dificuldade</b>	<b>Estratégias</b>
<b>Entender conteúdos abstratos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>§ Relacionar os conteúdos curriculares a situações do cotidiano;</li> <li>§ Mostrar exemplos concretos para ilustrar ideias mais complexas;</li> <li>§ Elaborar cartazes que contenham ideias abstratas, nos quais os alunos teriam que desenhar ou colar imagens para ilustrar tais ideias;</li> <li>§ Reforçar o aprendizado de conceitos abstratos com materiais concretos e visuais;</li> <li>§ Oferecer explicações adicionais e dar demonstrações.</li> </ul>
<b>Compreender a escrita como representação de linguagem</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>§ Usar de estratégias que sirvam para a criança desenvolver a capacidade de relacionar o falado com o escrito;</li> <li>§ Mostrar a importância do uso social da língua e usar ilustrações e fichas de leitura;</li> <li>§ Elaborar relatórios sobre o que está sendo feito para auxiliar nas etapas avançadas</li> </ul>

	<p>da alfabetização;</p> <p>§ Ensinar gramática com material impresso, cartões de figuras, jogos, figuras de preposições, símbolos, etc.</p>
<b>Comunicação</b>	<p>§ Desenvolver a oralidade usando músicas, brincadeiras orais, leituras com entonação apropriada, poemas e parlendas;</p> <p>§ Estimular os alunos a contar histórias e dar sua opinião sobre algum assunto ou conto;</p> <p>§ Encorajar o aluno a falar em voz alta na sala fornecendo-lhe estímulos visuais;</p> <p>§ Encorajar o aluno a liderar;</p> <p>§ Criar oportunidades onde o aluno possa falar com outras pessoas, por exemplo, levar mensagens, etc.;</p> <p>§ Usar um diário para casa e escola pode ajudar os alunos a contar suas "novidades".</p>
<b>Concentração</b>	<p>§ Garantir que as aulas tenham um início prático e instrumentalizado, usando para isso jogos de tabuleiro, quebra-cabeça, jogo da memória e imitações de sons ou movimentos do professor ou dos colegas;</p> <p>§ Graduar a tarefa do mais fácil para o mais difícil;</p> <p>§ Ter um conjunto de tarefas curtas, localizadas e definidas claramente;</p> <p>§ Trabalhar no computador às vezes ajuda a manter o interesse do aluno por mais tempo.</p>
<b>Memória recente e processamento auditivo</b> <b>*Importante:</b> em geral, alunos com deficiência intelectual têm fortes habilidades de aprendizagem visual, mas não são bons aprendizes auditivos. Sempre que possível, eles necessitam de apoio visual e concreto e materiais práticos para reforçar as informações auditivas.	<p>§ Fornecer uma instrução verbal, de preferência curta, de cada vez;</p> <p>§ Dar tempo ao aluno para processar e responder às colocações verbais;</p> <p>§ Repetir individualmente para o aluno qualquer informação ou instrução que foi dada à classe como um todo;</p> <p>§ Tentar evitar instruções ou discussões na classe que sejam muito longas;</p> <p>§ Planejar traduções visuais e/ou atividades alternativas.</p>
<b>Tempo de aprendizado</b>	<p>§ Oferecer mais tempo e oportunidade para repetições adicionais e reforço;</p> <p>§ Apresentar informações e conceitos novos de maneiras variadas, usando material concreto, prático e visual, sempre que possível;</p> <p>§ Voltar um pouco nas informações aprendidas anteriormente antes de oferecer novos conteúdos.</p>
<b>Rotina</b>	<p>§ Oferecer aos alunos espaço organizado, rotina, atividades lógicas e regras tanto escolares quanto em sala de aula;</p> <p>§ Explicar sobre a grade de horários, rotinas e regras escolares explicitamente, dando tempo e oportunidade para que aprenda;</p> <p>§ Fazer uma grade de horários visualmente atraente em um cartaz: usar palavras, desenhos, figuras e fotos;</p> <p>§ A progressão da aula durante o dia</p>

<p><b>*Importante:</b> situações informais e sem estrutura são geralmente mais difíceis para alunos com deficiência intelectual, eles também podem se sentir contrariados com qualquer mudança.</p>	<p>deve poder ser acompanhada pelo horário;          § Certificar-se de que o aluno sabe qual será a próxima atividade;          § Preparar o aluno com antecedência se souber que haverá alguma mudança e informar aos pais;          § Solicitar a ajuda do aluno na preparação para a atividade subsequente dando-lhe uma tarefa específica.</p>
<p><b>Comportamento</b></p> <p><b>*Importante:</b> Investigar qualquer comportamento inapropriado, perguntando a si mesmo por que a criança está agindo deste modo: a tarefa é muito fácil ou muito difícil? A tarefa é muito longa? O trabalho é adequado para a criança? O aluno compreende o que é esperado dele?</p>	<p>§ Assegurar que as regras sejam claras e que todos os funcionários da escola saibam que o aluno com deficiência intelectual deve obedecer às regras como qualquer aluno;          § Distinguir o “não consigo fazer” do “não vou fazer” ou “não quero fazer”;          § Reforçar o comportamento desejado imediatamente com sinais de aprovação visuais ou orais;          § Ignorar tentativas de chamar a atenção dentro do possível – o seu propósito é criar distração.</p>

Fonte: SONZA; SALTON; STRAPAZZON, 2015, p.82 – 83 – 84

#### 4.2.2 Avaliações para o aluno com DI

Primeiramente mostra-se como se deve prosseguir a avaliação do aluno com DI na sala de recursos multifuncionais, destacando que a forma de avaliar pode estar dividida em etapas conforme suas habilidades em diferentes atividades lúdicas, pois através de diversas formas destas atividades possibilita ao aluno melhor desempenho. A partir disso mostram-se as etapas que fazem parte do desenvolvimento do aluno: aspectos motores, expressão oral e escrita, funcionamento cognitivo, raciocínio matemático, comportamento/relação afetiva. Conforme este item apresenta-se a seguir a explicação de que maneira o aluno pode ser avaliado a partir dessas funções. (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010)

Inicia-se com a descrição referente aos aspectos motores:

Em relação aos **ASPECTOS MOTORES**, é importante que o professor observe se o aluno é capaz de manipular objetos de diferentes texturas, formas e tamanho, se ele é capaz de pegar no lápis para pintar, desenhar, bem como para fazer o traçado das letras. No caso do aluno apresentar acentuadas dificuldades motoras que impeçam o movimento necessário para realizar desenhos ou o traçado das letras, o professor deve começar a avaliação utilizando folhas de papel madeira e ir diminuindo gradativamente o tamanho do papel até chegar a usar o papel ofício para realizar pintura livre ou pintura a dedo dentre outras atividades. (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010, p. 10 grifos nossos)

Observam-se maneiras que gradativamente vão ajudando o aluno a desempenhar as funções necessárias para seu desenvolvimento na escola e no seu dia a dia.

Ainda se pode considerar que mesmo que o aluno obtenha limitações na parte motora, ele pode desempenhar outras tarefas como a escrita e pintura de outra forma, como por exemplo, no computador através de softwares referentes ao tipo de atividade. (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010).

A seguir mostra-se a avaliação da expressão oral:

Para avaliar o desenvolvimento da **EXPRESSÃO ORAL**, o professor deve observar se o aluno compreende determinadas mensagens (recados), se ele é capaz de expressar suas idéias de modo coerente com o contexto em questão, mesmo quando ele não é capaz de falar. Nesse caso, ele pode, por exemplo, expressar sua compreensão através de desenhos, apontar o material apresentado pelo professor e ainda pode realizar movimentos corporais afirmativos ou negativos. Ainda com relação à expressão oral o professor deve verificar se o aluno verbaliza de forma clara suas idéias, se ele faz uso, ao falar, de um vocabulário amplo e diversificado.

Essa avaliação pode ser feita por meio do reconto de uma história, que ele pode registrar pelo desenho ou construção de maquete, modelagem ou, ainda, pelo jogo simbólico. O aluno poderá ainda relatar situações vivenciadas, ou ainda usar prancha de comunicação ou jogos educativos para expressar seu conhecimento. Todos esses recursos possibilitarão a expressão oral do aluno e oferecerão informações importantes ao professor no sentido de compreender sua expressividade verbal e não verbal. (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010, p. 10-11 grifos nossos)

Logo abaixo descrição do modo que se deve desenvolver a avaliação escrita.

Na avaliação da aquisição da **LÍNGUA ESCRITA**, diferentes atividades podem ser utilizadas com o objetivo de informar ao professor o conceito que o aluno tem sobre a escrita. Para exemplificar esse procedimento de avaliação, três exemplos serão apresentados: a atividade de avaliação do nome próprio, a produção espontânea e a leitura do texto memorizado. A avaliação do nome próprio objetiva verificar se o aluno compõe seu nome (que pode ser feito com alfabeto móvel) e se atribui importância à seqüência e ao conjunto das letras que formam seu nome.

Na avaliação desse conhecimento, o professor deverá considerar se o aluno compõe o nome próprio sem ajuda do professor; se ele considera que o seu nome está escrito, mesmo quando falta alguma das letras que o compõe; se ele considera que seu nome está escrito quando todas as letras estão visíveis, ainda que a ordem das mesmas tenha sido alterada, e, por fim, se ele considera que seu nome está escrito quando todas as letras estão presentes na ordem adequada. As concepções que o aluno apresenta a respeito do seu nome indicam ao professor como este aluno está interagindo com a escrita do próprio nome, mesmo quando este ainda não produz esta escrita de modo independente e convencional. (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010, p.11 grifos nossos)

Como se podem observar as possibilidades de avaliações para o aluno com DI se percebe o quanto essas avaliações contínuas podem contribuir e ter um impacto positivo no seu desenvolvimento escolar e social. Continua-se a apresentação da expressão escrita em desenvolvimento com ao aluno com DI.

A avaliação da produção espontânea tem por objetivo verificar as hipóteses de escrita do aluno. O procedimento consiste, na proposição da escrita de uma lista de palavras de um mesmo grupo semântico (lista de animais, de frutas, de brinquedos, dentre outras) pelo aluno. A partir das produções dos alunos (diferentes representações gráficas) o professor pode identificar o nível de compreensão que o aluno tem do sistema escrito. (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010, p.12)

Identifica-se nessas avaliações da descritas que o professor busca que o aluno as desenvolva de maneiras simples, mas que são compostas por sentido significativo possibilitando ao educando superar suas dificuldades, e aprender. Abaixo continua-se o relato referente as avaliações, a qual trata-se da leitura.

A **AVALIAÇÃO COM BASE NA LEITURA** de um texto memorizado tem por objetivos verificar se a criança lê o texto de memória ou se utiliza outras estratégias para realizar a leitura e ainda serve para verificar se a criança localiza no texto palavras solicitadas pelo professor.

Nessa avaliação, o professor deverá observar: se o aluno lê o texto se apoiando na memória, lê o texto utilizando diferentes estratégias, indica as palavras solicitadas com apoio na memória ou lê, convencionalmente, as palavras solicitadas pelo professor.

Outras propostas de avaliação da linguagem escrita podem ser efetuadas pelo professor do AEE, não com o intuito de alfabetizar esse aluno, mas com o objetivo de identificar sua evolução em leitura, as concepções que esse aluno apresenta sobre o universo da escrita, bem como sua relação com o saber escolar.

A forma como o aluno se relaciona com o saber tem papel importante em seu processo de aprendizagem. Se este aluno se percebe como sujeito de aprendizagem capaz de contribuir ativamente com a construção de saberes no interior de seu grupo ele certamente terá uma motivação maior na mobilização de seus mecanismos de pensamento. A sala de aula comum se constitui espaço privilegiado para essa troca de saberes nas diferentes áreas de conhecimento. (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010 p.12 grifos nossos)

Referente a avaliação quanto ao desenvolvimento do aluno com os números, ou seja com a matemática apresenta-se que:

O **APRENDIZADO DA MATEMÁTICA** pode ser uma fonte de desenvolvimento intelectual e social muito importante para os alunos que apresentam deficiência intelectual. Para isto, é essencial que os aprendizados façam sentido para eles. É preciso que esses alunos sejam capazes de ver a pertinência dessa aprendizagem em situações concretas. Muito frequentemente, o ensino da matemática para os alunos que apresentam deficiência intelectual apela

unicamente para os aprendizados mecânicos fundamentados na repetição e na memorização.

O sentido que o aluno imprime às suas ações e o significado que dá aos signos lingüísticos e matemáticos que manipula são determinantes para o processo de aprendizagem deles. Logo, a intervenção do professor deve ser proposital para que o aluno dê sentido ao que faz e ao que expressa. [...]

A avaliação dessas experiências poderá ser realizada pelo professor do AEE através da proposição de situações-problema contidas nessas experiências, cujas resoluções possam implicar a necessidade de o aluno levantar hipóteses mediante a mobilização de seus conhecimentos prévios. Essa mobilização poderá permitir que ele identifique e analise uma determinada alternativa de resolução de uma dada situação problema, na perspectiva de generalizar para outra situação semelhante. (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010, p.12 grifos nossos)

Referente ao ensino da matemática é importante apresentar ao aluno materiais concretos, para que ele possa identificar no tempo real a situação a ser resolvida.

Por fim observa-se o comportamento do aluno na sala de aula, o qual é fundamental que o professor identifique as dificuldades do aluno em se relacionar.

Os **ASPECTOS SÓCIO-AFETIVOS** do aluno que apresenta deficiência intelectual também se constituem foco de atenção do professor do AEE durante a avaliação. As pessoas que apresentam deficiência intelectual podem ter dificuldade no plano sócio-afetivo, especialmente no que se refere à construção da imagem de si mesmo (SAHUC, 2006). Aspectos como a exclusão social, a dificuldade em interpretar as atitudes e os comportamentos dos outros em relação a si, a dificuldade de se fazer entender pelos outros e enfim, as experiências de fracasso nas diversas situações da vida cotidiana se constituem fatores suscetíveis de contribuir para esta situação. Uma baixa auto-estima pode interferir na motivação do aluno que apresenta deficiência intelectual quando ele está em situação de aprendizado ou de resolução de problemas. (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010, p.13 grifos nossos)

Destaca-se agora como a avaliação do professor da sala de aula regular deve se desenvolver.

Em sala de aula, o professor do AEE avalia como o aluno se relaciona com o conhecimento, como ele responde às solicitações do professor, se ele manifesta atitude de dependência ou autonomia e se é necessário o uso de recursos, equipamentos e materiais para acessibilidade ao conhecimento. Ele avalia, também, se o aluno apresenta melhor desempenho em atividades individuais, em pequenos grupos ou em grupos maiores e a forma como ele interage com seus colegas.

O professor do AEE deve considerar, em sua avaliação, o modo como é feita a gestão da sala de aula pelo professor do ensino comum: a organização do espaço físico, o tipo de atividade proposta, se ele utiliza atividades que permitam o aluno se expressar, se ele está atento aos diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos alunos. Se ele utiliza estratégias da aprendizagem cooperativa e

como procede em relação aos agrupamentos dos alunos. Essas informações podem ser obtidas em reuniões pedagógicas ou encontros com o professor do ensino regular. (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010, p.13-14)

Foi possível identificar que é importante a interação entre o professor do AEE e o professor do ensino comum.

Ainda é notável que obter uma avaliação em que o aluno possa desenvolver continuamente na sala de aula e na sala de recursos multifuncionais, e não apenas uma prova a cada final de determinado conteúdo, pode ajudá-lo em todas as suas dificuldades, e as quais essas dificuldades podem ser observadas pelo professor podendo assim buscar outras alternativas para que este aluno desempenhe melhor determinada atividade.

## **5 INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS ESCOLAS: ARNELDO MATTER E FERNANDO FERRARI**

Conforme a problematização da inclusão escolar, ou melhor, do processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular, em busca de uma análise de como está ocorrendo realmente este processo, foi possível conhecer de que maneira na realidade atual de cada escola como está recebendo, e como está sendo o desenvolvimento dos alunos e também como os professores trabalham com esses alunos.

Ambas as escolas mencionadas dizem que as mesmas seguem esta lei logo abaixo, a qual já foi mencionada nos capítulos anteriores:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; [...] (MEC/SECADI, p.3)

A partir disto foi possível analisar como está sendo desenvolvido o trabalho dos professores nas escolas.

Partindo de como é o atendimento educacional especializado o qual busca desenvolver atividades diferenciadas para o desempenho escolar do aluno e entre outras funções as quais já se sabe, de acordo com isto salienta-se que:

Dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. O atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializados públicos ou conveniados. (MEC/SECADI, p. 11-12)

Referente a esses pontos foi visivelmente notificado que as escolas, tanto a estadual quanto a municipal, desempenham e dão o suporte necessário para que o aluno com deficiência intelectual se desenvolva no âmbito escolar e no convívio social dentro e fora da escola.

De acordo com a estrutura da sala de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado, as escolas obtêm os materiais e as devidas adaptações e produção de alguns materiais para trabalhar com os alunos, desde a confecção de materiais simples até ao acesso há

computadores com os softwares para a utilização pelos alunos. Nos itens a seguir pode-se observar através das imagens a estrutura da SRM quanto aos materiais didáticos oferecidos conforme cada escola mencionada.

Quanto às avaliações para os alunos considera-se que:

A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor. No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns estudantes podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana. (MEC/SECADI, p. 12-13)

Com referência a isso se pode identificar que as avaliações para os alunos com deficiência intelectual nas escolas são de acordo com a particularidade que a deficiência requer, mas com apresentação do conteúdo de forma significativa que possibilita ao aluno entender e desenvolver a mesma.

Por fim quanto à preparação/formação dos professores do AEE, a partir dos questionários considera-se que estão de acordo com o previsto para desempenhar o trabalho no AEE com os alunos, como se pode confirmar com o trecho a seguir:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. (MEC/SECADI, p.13)

Referente ao trecho acima se pode considerar que os professores do AEE obtêm o conhecimento necessário para se trabalhar na escola.

Já os professores da sala de aula comum de cada escola, no modo geral consideram não estar devidamente preparados para trabalhar com os alunos, para uma confirmação desta questão logo abaixo se destaca algumas falas de cada professor que se dispôs a responder o questionário das duas escolas: Arneldo Matter e Fernando Ferrari, comparando-se que mesmo em

escolas diferentes, os professores têm justificativas e relatos de não estarem preparados para trabalhar com estes alunos com deficiência intelectual. Na tabela abaixo se destaca algumas perguntas contidas no questionário para professores da sala de aula com as respectivas respostas dos mesmos de acordo com cada escola.

Tabela 9: Perguntas para professores da sala de aula

---

### PERGUNTAS PARA PROFESSORES DA SALA DE AULA

---

#### Qual sua opinião em relação a educação inclusiva?

##### Instituto Estadual Arnaldo Matter

**Prof. A:** Acho que deve ser melhor trabalhada entre os profissionais da educação, sendo que poucos cursos de treinamento foram passados e precisamos de melhor condicionamento.

##### Escola Municipal Fernando Ferrari

**Prof. B:** Eu acho que é uma utopia, pois existem deficiências que o professor da sala de aula comum não tem condições de atender

---

#### Qual o tipo de orientação que recebeu para desenvolver seu trabalho com o aluno com DI?

##### Instituto Estadual Arnaldo Matter

**Prof. A:** Palestras sobre a importância da inclusão desses alunos, mas sabemos que isso não é o suficiente

##### Escola Municipal Fernando Ferrari

**Prof. B:** Estudos e reuniões que são realizadas pelo AEE juntamente com os professores e equipe diretiva

---

#### Você foi ou esta sendo preparado pela equipe pedagógica da escola para receber alunos com deficiência intelectual?

##### Instituto Estadual Arnaldo Matter

**Prof. A:** Não, nós apenas recebemos algumas palestras, mas cursos preparatórios ainda não tivemos.

##### Escola Municipal Fernando Ferrari

**Prof. B:** Sim.

---

---

**No seu ponto de vista, acha que está preparado, com uma formação e conhecimento adequado para trabalhar com aluno com deficiência intelectual?**

*Instituto Estadual Arnaldo Matter*

**Prof. A:** Não estou preparado, mas o possível para desenvolver um bom trabalho.

*Escola Municipal Fernando Ferrari*

**Prof. B:** Não

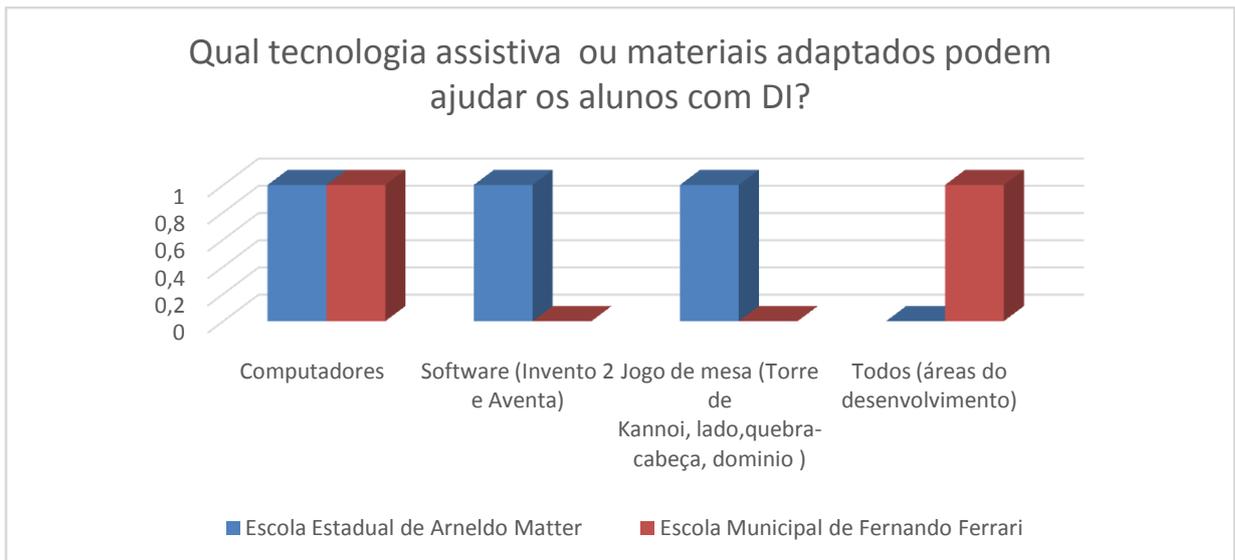
---

Fonte: MACHADO, Greice Falcão

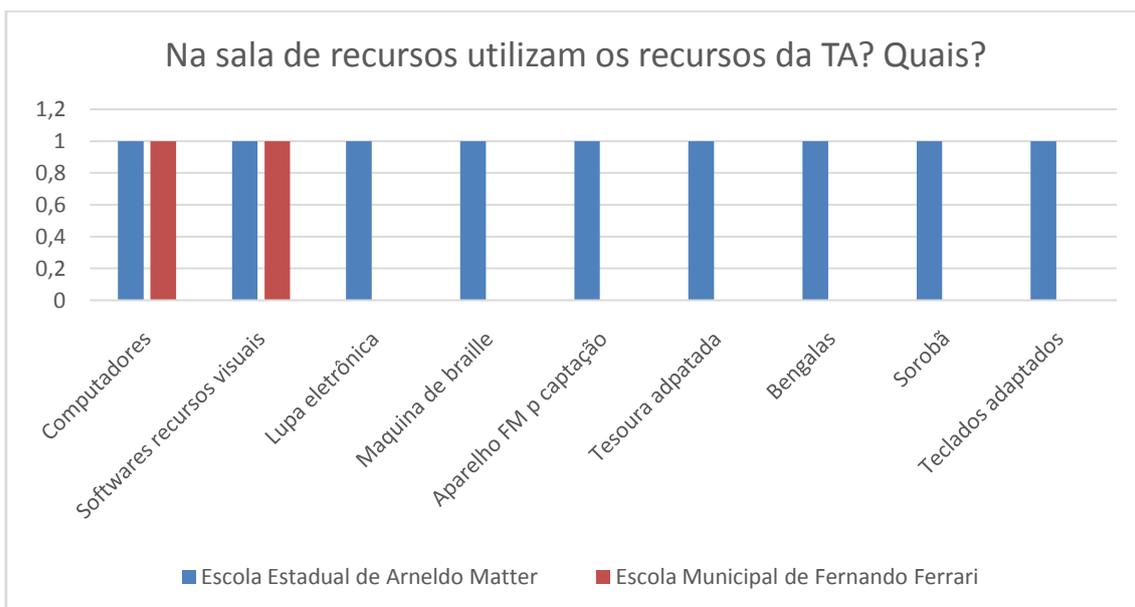
A seguir destaca-se a área de formação dos professores que trabalham na sala de recursos multifuncionais, no AEE de ambas as escolas.



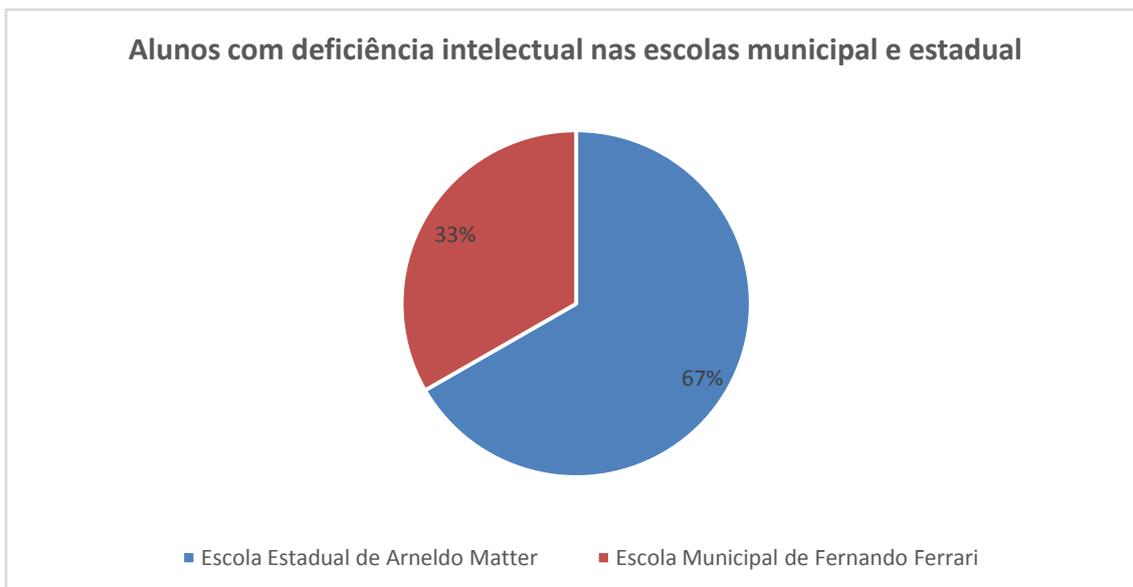
Logo abaixo se destaca também a tecnologia assistiva disponível para o uso dos alunos, nos computadores quantos aos softwares indicados para o aluno com DI nas duas escolas:



Ainda referente a TA mostra-se alguns recursos utilizados na SRM.



Por fim apresenta-se no gráfico com o número de alunos com deficiência intelectual que há nas escolas no âmbito geral, sendo que na escola Fernando Ferrari os alunos identificados com DI nos turnos manhã e tarde são com uma média de 16 alunos. Na escola Arnaldo Matter os alunos com DI em todos os turnos (manhã, tarde e noite) são mais de 40, ainda obtendo outros alunos que possuem a deficiência, mas não freqüentam a sala de recurso multifuncional para o atendimento educacional especializado. O gráfico apresenta a porcentagem destes alunos.



### 5.1 Escola Fernando Ferrari

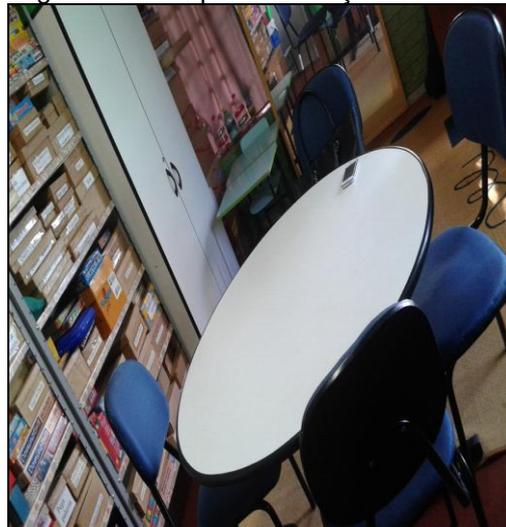
A seguir imagens da sala de recursos multifuncionais quanto aos materiais disponíveis para os alunos.

Figura 8: Estante com diversos materiais didáticos



Fonte: MACHADO, Greice Falcão

Figura 9: Mesa para realização



Fonte: MACHADO, Greice Falcão

Figura 10: Computadores e Alfabeto



Fonte: MACHADO, Greice Falcão

Logo abaixo alguns dos materiais didáticos confeccionados, caracterizando então por ser a tecnologia assistiva de baixo custo.

Figura 11: Grade Lógica



Fonte: MACHADO, Greice Falcão

Figura 12: Quatro por Quatro



Fonte: MACHADO, Greice Falcão

Figura 13: Roleta de bicho



Fonte: MACHADO, Greice Falcão

Figura 14: Multiplicação com material concreto



Fonte: MACHADO, Greice Falcão

Figura 15: Cubos alfabéticos



Fonte: MACHADO, Greice Falcão

## 5.2 Escola Arnaldo Matter

Referente à sala de recursos multifuncionais desta escola apresenta-se algumas imagens da mesma, quanto à estrutura e os materiais didáticos disponíveis.

Figura 16: Estante de materiais



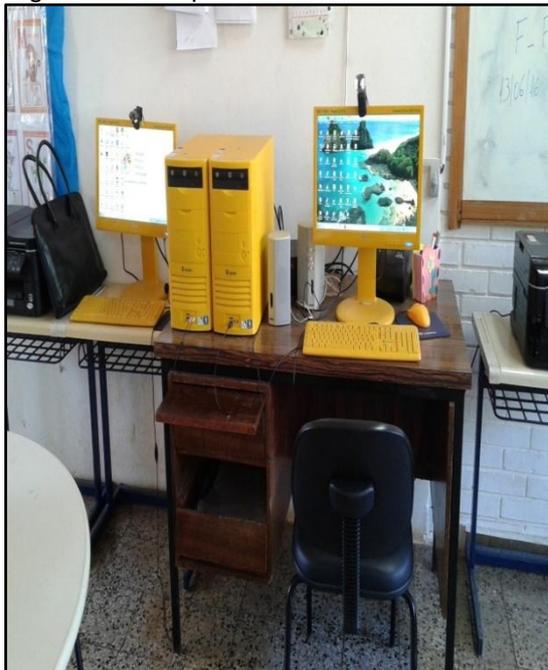
Fonte: MACHADO, Greice Falcão

Figura 17: Mesas para executar atividades



Fonte: MACHADO, Greice Falcão

Figura 18: Computadores



Fonte: MACHADO, Greice Falcão

Figura 19: Alfabeto



Fonte: MACHADO, Greice Falcão

Logo abaixo mostra-se os materiais utilizados para ajudar na evolução do aluno com deficiência intelectual.

Figura 20: mini banda (brinquedos p/ música)



Fonte: MACHADO, Greice Falcão

Figura 21: Jogos 1



Fonte: MACHADO, Greice Falcão

Figura 22: Jogos 2



Fonte: MACHADO, Greice Falcão

## **6 METODOLOGIA**

A metodologia aplicada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental de forma qualitativa para verificar como deveria ser feito o processo de inclusão e como a legislação prevê este processo nas escolas regulares tratando a inclusão. Com a ampla bibliografia a qual foi pesquisada foi possível analisar as mais diversas formas e dinâmicas de o que fazer e como fazer para trabalhar com alunos com deficiência intelectual. Além disso, foi realizada a pesquisa de campo de forma quantitativa em duas escolas da cidade São Borja (RS), uma estadual denominada Instituto Estadual Arnaldo Matter e a outra municipal denominada Fernando Ferrari, neste processo de pesquisa, foi utilizado o seguinte procedimento: aplicação de questionários para os professores da sala de recursos multifuncionais e para professores da sala de aula comum, em busca de estabelecer comparações entre os processos em andamento nas escolas, para que seja possível analisar de que forma estão tratando a inclusão.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do trabalho foi possível que pudesse ser identificada e compreendida a deficiência intelectual, a qual se denomina por o indivíduo obter dificuldades, limitações em duas ou mais habilidades, estas as quais podem ser: ações de autocuidado, comunicação, dificuldades na aprendizagem, relação social dentro e fora do ambiente escolar, e sendo manifestada antes dos dezoito anos de idade. Ainda sabe-se que esta deficiência não é considerada uma doença, mas uma forma diferente de desenvolvimento do cérebro. Assim então estes alunos quando entram na fase escolar podem enfrentar diversas dificuldades de adaptação, como não compreender e não aprender os conteúdos por não haverem formas que possibilitem seu entendimento, dificuldades relacionadas à relação social com todos da escola, discriminação de professores por não considerarem suas limitações, estas então as principais questões.

Visando estas considerações mostra-se que para todas as pessoas independentemente de suas particularidades a educação inclusiva propõe uma educação que beneficie todos, sem discriminação. Partindo disto então se chega à notável evolução histórica de como viviam as pessoas com deficiência e como estão atualmente, ou seja, antes consideradas como nada ou como pessoas inúteis na sociedade e hoje consideradas como seres humanos que assim como todos possuem os mesmos direitos. Isso pode se identificar no âmbito escolar o qual antes eram especificamente para pessoas somente com deficiência, e com a educação inclusiva, alunos com deficiência no ensino regular junto com os demais.

A partir disto chegamos ao ponto em que como a escola e professores devem receber os alunos com deficiência, pondo na prática tudo o que a legislação prevê, para que possa ser notável a prática da educação inclusiva. Diante disso através da pesquisa realizada nas duas escolas: Instituto Estadual Arnaldo Matter e Escola Municipal Fernando Ferrari, sendo uma estadual e outra municipal foi possível que fosse identificado a estrutura da escola e o trabalho dos professores, quanto à estruturação da escola referente ao espaço dedicado ao AEE, denominado sala de recursos multifuncionais e seus materiais didáticos para o auxílio do aluno com DI, observa-se que quanto a

isso há uma SRM para o AEE, e possuem vários materiais disponibilizados aos alunos, inclusive a tecnologia assistiva tanto nos computadores com softwares, quanto a materiais confeccionados pelos professores do AEE, que denomina-se tecnologia assistiva de baixo custo nas duas escolas. Ainda referente à formação destes professores que trabalham no atendimento educacional especializado nota-se que tem um conhecimento especializado, que contribuem para o desenvolvimento significativo para o desenvolvimento das habilidades destes alunos. Mas também se percebe que os professores das salas de aula comum que também trabalham com alunos com DI, eles mesmos consideram não obter um conhecimento, nem preparação necessária para desenvolver o trabalho com os educandos, além disso, destacam que precisam de mais preparação, pois o pouco que tem não é suficiente para a educação inclusiva presente nas escolas. Em relação a essa pesquisa pode-se considerar que os resultados no modo geral foram positivos, apesar de ainda precisar de ajustes, mais mudanças, mas podemos identificar que já há mudanças em andamento que são essenciais para uma educação para todos.

Portanto para uma sociedade que conviva com a diversidade, respeite e valorize, todos da comunidade devem compreender que a importância de alunos com deficiência em escolas regulares é um aprendizado para todos, para romper barreiras de preconceito, e ter consciência de que todos têm direito à educação possuindo algum tipo de deficiência ou não. Sabemos que estamos em um longo processo de mudanças na educação, pois ainda há muitas ações a serem feitas, mas considera-se que as mudanças, as práticas que foram observadas é um começo para a educação inclusiva, se tornar presente em todas as escolas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem; ANTUNES, Celso. **O aluno, o professor, a escola uma conversa sobre educação** – 2ª Ed. São Paulo: Papirus, 2011.

AQUINO, JulioGroppa; CORAZZA, Sandra Mara. **Abecedário educação da diferença** – 1ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN Maria Teresa Egler. **Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental** – 2ª. Ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BERSCH, Rita. **Recursos Pedagógicos Acessíveis** – Tecnologia Assistiva (TA) e Processo de Avaliação nas escolas. 2013

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia Assistiva**- Brasília: Corde, 2009

GIROTO, Claudia Regina Mosca; POKER, Rosimar Bortolini; OMOTE Sadao. **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

GOMES, Adriana Leite Lima Verde; POULIN Jean Robert; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual**–V. 2 Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: Universidade Federal do Ceará, Brasília, 2010.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (ITS Brasil). **Tecnologia Assistiva nas escolas**- Recursos básicos de acessibilidade sócio-digital para pessoas com deficiência, São Paulo 2008.

MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**

MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares** – Salvador: EDUFBA, 2012.

NASCIMENTO, Alessandra Bertasi; CARRETA, Priscila Maciel. **Deficiência intelectual e processo inclusivo: dificuldades enfrentadas. Educa – Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho (RO), V. 1, p. 70-87, 2014

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; SILVA, Luis Henrique. **Avaliação pedagógica: foco na deficiência intelectual numa perspectiva inclusiva**, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013

RAMOS, Rossana. **Passos para a Inclusão** - 5ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita. **Assistiva tecnologia e Educação, 2014. Disponível em:**<<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>> Acesso em: 07/ 05/ 2015.

SEABRA JUNIOR, Manoel Osmar; CASTRO, Rosane Michelli de. **Avaliação, Formação Docente e Perspectivas da Educação Inclusiva: eixos do atendimento educacional especializado** – 2ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SEESP/MEC. **Atendimento Educacional Especializado – AEE**, 2008 Disponível em: <[http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/files/porta/AEE\\_Apresentacao\\_Completa\\_01\\_03\\_2008.pdf](http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/files/porta/AEE_Apresentacao_Completa_01_03_2008.pdf)> Acesso em: 07/ 05/ 2015.

SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; STRAPAZZON, Jair Adriano. **O uso pedagógico dos recursos de tecnologia assistiva** – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2015.

## APÊNDICES

### QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

- 1- Qual sua área de formação?
  
- 2- Na sala de recursos utilizam os recursos da Tecnologia Assistiva?  
Quais?
  
- 3- De acordo com: “A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; [...]” a sua escola segue esta lei?
  
- 4- Quais são suas estratégias e metodologias de ensino para facilitar, ajudar no desenvolvimento escolar de determinado conteúdo trabalhado em sala de aula para o aluno com deficiência intelectual?
  
- 5- Qual tecnologia assistiva ou materiais adaptados podem ajudar os alunos com DI?

## QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR DA SALA DE AULA

- 1- Qual sua área de formação?
  
- 2- Qual sua opinião em relação à Educação Inclusiva?
  
- 3- Você foi ou está sendo preparado pela equipe pedagógica da escola para receber alunos com deficiência intelectual?
  
- 4- Qual o tipo de orientação que recebeu para desenvolver seu trabalho com o aluno com DI?
  
- 5- No seu ponto de vista, acha que está preparado, com uma formação e conhecimento adequado para trabalhar com aluno com deficiência intelectual?
  
- 6- Sobre a deficiência intelectual, qual é o seu nível de entendimento sobre a mesma?
  
- 7- Quais são suas estratégias e metodologias de ensino para facilitar, ajudar no desenvolvimento escolar de determinado conteúdo trabalhado em sala de aula para o aluno com deficiência intelectual?
  
- 8- Qual tecnologia assistiva ou materiais adaptados podem ajudar os alunos com DI?

**ANEXOS****RESTANTE DAS PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR  
DA SALA DE AULA****Prof A – Instituto Estadual Arnaldo Matter**

**Qual sua área de formação?** Licenciatura Plena Matemática

**Sobre a deficiência intelectual, qual é o seu nível de entendimento sobre a mesma?** Apenas por leituras e ouvindo histórias de colegas

**Quais são suas estratégias e metodologias de ensino para facilitar, ajudar no desenvolvimento escolar de determinado conteúdo trabalhado em sala de aula para o aluno com deficiência intelectual?** Procuo saber qual a deficiência e procuro o material apropriado para desenvolver o trabalho com o aluno.

**Qual tecnologia assistiva ou materiais adaptados podem ajudar os alunos com DI?** Vídeos e materiais práticos principalmente de lógicas matemáticas.

-----  
**Prof B – Escola Municipal Fernando Ferrari**

**Qual sua área de formação?** Pedagogia – séries iniciais

**Sobre a deficiência intelectual, qual é o seu nível de entendimento sobre a mesma?** É um atraso na parte cognitiva da criança.

**Quais são suas estratégias e metodologias de ensino para facilitar, ajudar no desenvolvimento escolar de determinado conteúdo trabalhado em sala de aula para o aluno com deficiência intelectual?** Pesquisas sobre o tema, atividades diferenciadas, conversa com os professores do AEE

**Qual tecnologia assistiva ou materiais adaptados podem ajudar os alunos com DI?** Jogos, atividades diferenciadas